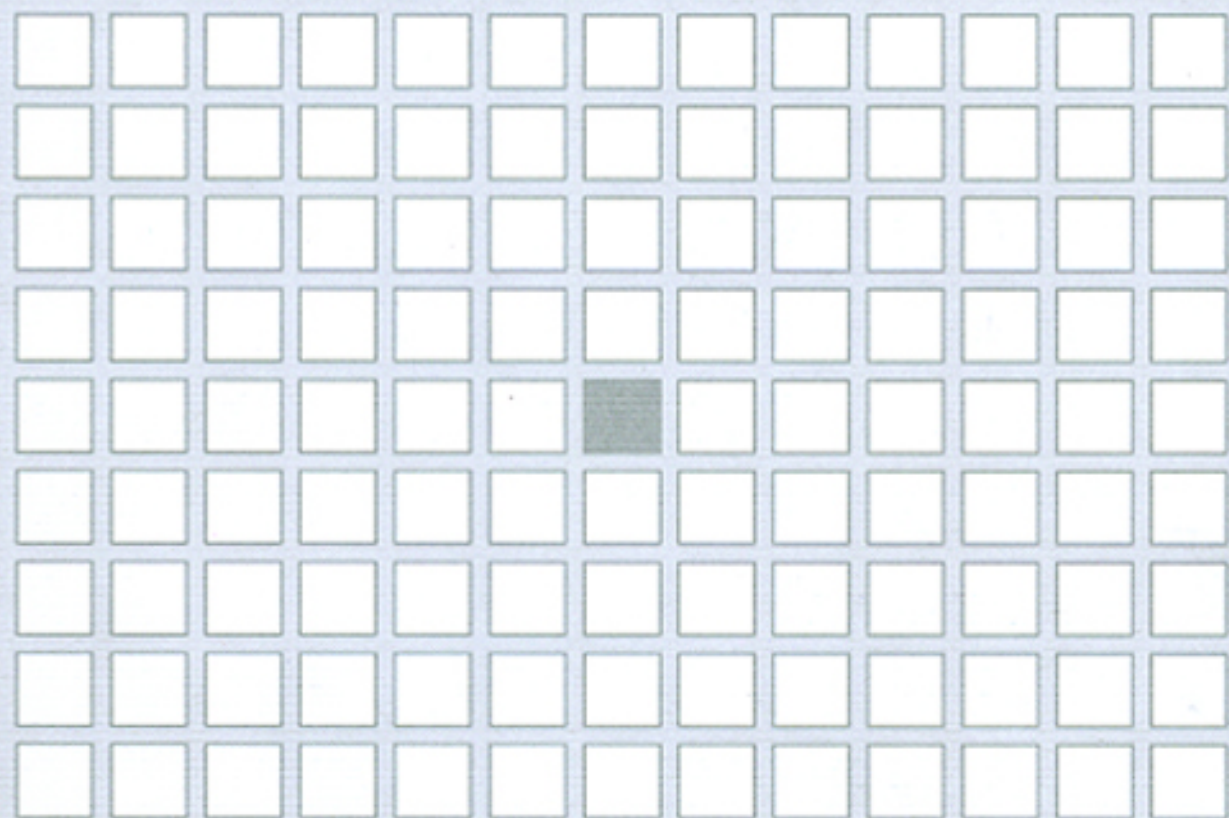


Afinal, não sou só eu

{ Conciliar o Trabalho e a Família



INTRODUÇÃO

As páginas que se seguem são constituídas por um conjunto de testemunhos apresentados publicamente em Audições Públicas sobre a conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais realizadas em Ovar e Lisboa (1998) e no Montijo e Porto (2000), no âmbito do Projecto "Para uma Sociedade Activa", promovido pelo Graal.

Estão já reunidas em brochura – também editada pelo Graal e já apresentada às diferentes instâncias de decisão política e social – algumas medidas e recomendações que, nas Audições Públicas, foram sendo apontadas como condições facilitadoras e necessárias para a construção de soluções efectivas de conciliação.

Agora, são histórias que se contam – extraídas dos testemunhos iniciais, por vezes ligeiramente adaptadas ao registo escrito sem se perder, no entanto, a vivacidade daquela apresentação oral. São histórias da vida, histórias de todos os dias: o conflito tantas vezes existente entre a vida familiar e a vida profissional, o esforço para não deixar que se instale o irremediável, a procura ou a invenção de modos alternativos de viver o quotidiano no trabalho e na família. Em cada história, sobressai a experiência pessoal de quem a conta – com os seus problemas específicos, o seu estilo de vida próprio, as suas próprias palavras. Mas, ao mesmo tempo, cada história parece incredivelmente familiar: quem não dá por si, num ou noutro momento, a pensar "Afinal, não sou só eu..."?

Esperamos que este conjunto de testemunhos contribua para que outras mulheres e homens reconheçam que as dificuldades em conciliar trabalho e família não são um problema individual, resultante do fracasso pessoal em lidar com as situações; resultam efectivamente duma organização social e do trabalho que, frequentemente, não toma em consideração o lado privado da vida a que todos temos direito.

Esperamos que a tomada de consciência, na sua dimensão social e global, reforce em cada pessoa a convicção e a capacidade prática de fazer com que o Modo como vivemos não seja irremediável!

Sofia é técnica de comunicação e relações públicas. Tem 29 anos, é casada e mãe de uma filha.

Começou a trabalhar cedo, dedicando muito tempo à vida profissional. Quando casou, sentiu que precisaria de repartir melhor o tempo, mas foi quando teve uma filha e lhe baixaram o vencimento que compreendeu a necessidade de encontrar formas de conciliar trabalho e família que estivessem mais de acordo com os seus princípios.

A minha vida profissional começou quando eu tinha 20 anos. Comecei por trabalhar numa loja de pronto-a-vestir, num horário compatível com as aulas da faculdade. Durante cerca de 2 anos a conciliação da vida familiar com a de estudante e de trabalhadora não foi fácil. Mas, naquela fase da minha vida, o facto de não ter tempo para a família (pais) e amigos não me preocupava nem me fazia infeliz, o que tornou tudo menos complicado.

Quando acabei o curso de Comunicação e Relações Públicas fui estagiar para uma revista de um grupo editorial e, passados uns meses, fiquei lá a trabalhar. Os dois anos que se seguiram, na minha vida, foram quase exclusivamente dedicados ao trabalho. Os horários estavam de acordo com a minha disponibilidade e vontade. Os meus "amigos" e "família" eram os meus colegas de trabalho. Aqui conheci o meu actual marido.

Depois trabalhei durante uns meses noutro grupo editorial. A minha dedicação foi grande mas tornou-se mais fácil conciliá-la com a vida familiar e privada pois os horários de entrada e de saída eram rígidos (8.30 – 18.30).

Em Março de 97 tive a proposta de trabalho que sempre ambicionei: ser *account* numa agência de Comunicação e Relações Públicas. Consciente que teria de sacrificar a minha vida familiar, ou melhor, os meus primeiros anos de casada (estava com casamento marcado para Junho), aceitei o desafio com muita vontade e bastante motivada.

Ao fim de alguns meses apercebi-me que já não era tão fácil não jantar em casa ou não estar com o meu marido ao fim-de-semana. Mas, ainda assim, continuei a achar que era um desafio realizar-me profissionalmente e conseguir conciliar este facto com a vida familiar.

Passado um ano e meio fui de licença de parto, depois de uma gravidez de grande stress e com cerca de 12 horas de trabalho por dia. Nesta altura comecei a sentir que a minha vida ia ter que mudar porque agora era o meu marido e a minha filha que estavam à minha espera para jantar e para passar o fim-de-semana.

Quando voltei da licença de parto, foi-me proposto um lugar com menos responsabilidades do que anteriormente, tendo sido justificação o facto de eu agora ter filhos, o que me obrigaria a faltar para ir ao médico, ficar com a minha filha em casa quando ela estivesse doente, sair mais cedo (19h), etc.

Como seria de esperar, contra-arguntei dizendo que a minha mãe e a minha empregada podiam substituir-me nessas novas responsabilidades de mãe. Ainda assim dediquei-me ao trabalho com maior intensidade e responsabilidade, fazendo um esforço para que às 19 horas pudesse sair e estar com a minha família.

No final do mês, quando me foi feito o pagamento do ordenado, o cheque só dizia respeito a uma parte do que tinha sido acordado quando me haviam contratado há mais ou menos ano e meio.

Surpreendida, fui falar com o director-geral da empresa. **A justificação que me foi dada foi que eu tinha optado por uma vida que não era a que eles esperavam, ou que queriam de mim (ser mãe) e, portanto, tinha que sofrer as consequências que passavam também pelo meu novo ordenado.** Ficou de confirmar com o presidente, de me dizer qualquer coisa o mais breve possível, pois eu disse que para mim isso seria uma despromoção e que eu não a aceitava. A única coisa que aceitaria era uma não promoção imediata, nunca uma despromoção.

Nesse dia tive a certeza que, se no início, a minha ambição era ir trabalhar para aquela empresa, agora a minha ambição era sair o mais rápido possível. Não me despedi na hora porque o meu ordenado em casa era imprescindível. Primeiro arranjei emprego numa empresa concorrente daquela, e que, apesar de eu estar casada e ter uma filha, me contratou e me fez uma proposta melhor do que a anterior. **Comecei também a procurar um negócio meu para que a conciliação da minha realização e vida profissional com a minha vida familiar pudessem estar mais de acordo com os meus princípios,** e não de acordo com os dos Presidentes e Directores das empresas em Portugal.

Hoje sou sócia-gerente de uma empresa que já abriu uma loja, das oito que queremos abrir em Portugal, e comercializa uma marca de roupa italiana. O novo desafio da minha vida passa por fazer crescer esta marca em Portugal e ter uma vida familiar um pouco mais equilibrada.

Maria Graciela é enfermeira hospitalar, especialista em enfermagem médico-cirúrgica. Tem 44 anos, é casada e tem uma filha.

Fala-nos das dificuldades de um trabalho com regime de turnos, como é o caso da enfermagem: sendo já tão desgastante, torna-se ainda mais pesado devido ao número insuficiente de profissionais nos nossos hospitais.

Quando, há 10 anos atrás, tirei a especialidade não beneficiei do estatuto de trabalhadora-estudante. Para além das 35 horas semanais de trabalho, frequentava as aulas e o estágio com a duração de mais de 35 horas

semanais em duas unidades hospitalares diferentes. Por isso, as horas de folga eram sempre ocupadas com o estágio.

Nessa altura, já estava casada, sendo o meu marido advogado, e fiquei grávida, ao contrário do que acontece com a maior parte das colegas que evitam ficar grávidas nesta altura, o que veio agravar mais o meu problema de conciliação.

Este trabalho tão desgastante reflectiu-se ao nível familiar numa maior instabilidade afectiva e em ameaças de parto prematuro ao oitavo mês de gravidez. Após o nascimento da minha filha, e como estava a completar a especialidade que era importante para a minha carreira e teve a duração de dois anos, fiquei privada dos direitos de maternidade. A única alternativa que tive foi colocá-la com apenas um mês de idade no infantário.

O meu marido, enquanto trabalhador independente, tinha um horário irregular que nem sempre possibilitava ir buscar a nossa filha. Chegámos muitas vezes a telefonar a avisar que só podíamos ir buscar a menina às oito da noite e, mesmo assim, com grande esforço da nossa parte.

Ao nível da organização das tarefas domésticas, ele normalmente trata das refeições e eu faço o resto.

Habitualmente trabalhamos 42 horas semanais e, como toda a gente sabe, é um serviço muito desgastante. Na realidade, existem muito poucos enfermeiros para dar resposta às necessidades do hospital e, como consequência disso, os nossos directores preferem pagar-nos horas extraordinárias a concederem-nos folgas e feriados a que temos direito. Gostaria aqui de referir que o número de enfermeiros que se formam é insuficiente para as necessidades existentes e a sua elevada procura suscita, por vezes, situações de acumulação. **Chegamos a ter semanas em que o horário de trabalho atinge 56 horas e, muitas vezes, queremos fazer uma pequena pausa e nem temos um colega para nos substituir.**

Naturalmente, os enfermeiros sofrem mais cedo ou mais tarde de problemas físicos, especialmente de coluna e psicológicos, ao nível de esgotamentos nervosos e depressões. Para além destes, o trabalho nocturno altera-nos o ciclo biológico tanto ao nível do sono como da perda de apetite. A maior parte das vezes só faço uma refeição completa por dia porque a maior necessidade que sinto, ao chegar a casa, é de repouso, o que condiciona grandemente a relação com o **meu marido e a minha filha que, por vezes, ficam impacientes com a minha pouca disponibilidade e nem sempre compreendem a ausência da mãe/esposa durante os fins de semana e durante a noite, chegando a situações de falta de diálogo e ausência de ternura.**

Em relação aos amigos, quase não tenho vida social. A última festa em que participei foi um casamento há cerca de 5 anos. E em relação às visitas, praticamente não recebemos ninguém lá em casa, mas quando isso raramente acontece tenho que me retirar para ir descansar.

Será que as enfermeiras têm que optar entre família e profissão?

O meu maior sonho era ficar com um horário fixo para poder ter mais tempo disponível para a minha família. Geralmente, este horário é concedido só a partir dos 50 anos de idade. Só no período de amamentação ou em situações excepcionais é que é concedido antes.

Penso que esta situação não é irremediável mas, para isso, é fundamental serem tomadas algumas medidas, nomeadamente: maior número de profissionais nas enfermarias (enfermeiros, auxiliares e médicos); reforma aos 30 anos de serviço, independentemente da idade; reposição da lei que determinava a existência de creches e jardins de infância nos hospitais que, indevidamente, foram extintos; mais infantários da rede pública e que oferecessem às pessoas um mais vasto leque de horários compatíveis com o regime de trabalho por turnos; e finalmente, acho importante a redução do horário para o pessoal que trabalha em regime de turno, sem que isso implicasse a redução do vencimento, para maior e melhor assistência à família.

Fátima é empregada fabril numa empresa corticeira. É casada e mãe de dois filhos. Já foi sindicalista.

Fala-nos das suas reflexões sobre a pouca participação das mulheres nas instâncias de poder e de decisão e como isso vai influenciar o modo como se organizam as famílias.

O nosso concelho tem uma população de mais de 200.000 habitantes, onde predominam as indústrias do calçado e da cortiça. São de salientar os baixos salários e o ritmo intenso de trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores destes sectores. As leis laborais “não existem” e os sindicatos desta região perderam já a capacidade de intervir, incentivar, movimentar e organizar os trabalhadores para a conquista dos seus direitos. As suas intervenções e as suas políticas não abalam mais os empresários desta zona em que residimos.

A nossa reflexão sobre a problemática em questão fez-se a vários níveis.

Ao nível do trabalho:

Há um excesso de carga horária (40 horas semanais) acrescida das horas extraordinárias, que não é possível recusar, uma vez que são como um complemento aos baixos salários, existindo o medo de que essa recusa resulte em desemprego ou em medidas de repressão.

Há constantes e sucessivas faltas de cumprimento da legislação laboral por parte da empresa no que diz respeito ao direito à maternidade, pois muitas vezes não é permitida a gravidez sob pena de exclusão e de não renovação do contrato, bem como relativamente ao período para amamentação, que passa a ser um direito não exercido pelas mulheres, uma vez que muitas delas desconhecem ou receiam exigir um direito que lhes assiste.

Verifica-se uma discriminação salarial, em que a trabalho igual não corresponde salário igual, constituindo a mulher mão-de-obra barata, uma vez que a sua produtividade não é menor que a do homem. E em relação aos lugares de chefia, as mulheres são preteridas a favor dos homens.

Ao nível político:

Constata-se que há uma desmobilização geral por parte dos cidadãos em relação à participação na vida pública, como forma de fazer valer os seus direitos de cidadania. Da mesma forma, é visível a pouca participação da mulher nas instâncias de poder político. No nosso concelho (Lourosa), em 24 anos de regime democrático, somente nestas últimas eleições autárquicas foi eleita uma vereadora. Tanto a pouca participação nas instâncias do poder e, conseqüentemente, de decisão, como a forma como o trabalho é encarado nesta sociedade de consumo, trazem sérias implicações ao modo como vivemos em família.

O excesso de horas de trabalho reduz substancialmente o tempo de estar em e com a família. Por outro lado, esse tempo não é aproveitado de uma forma positiva pois, **para além das horas de trabalho normal, a mulher tem ainda que desempenhar as tarefas domésticas, o que faz com que tenha pouco tempo para a afectividade e para o diálogo com a família.** Este fenómeno torna-se mais notório quando se sabe que não há partilha de tarefas e responsabilidades entre os cônjuges.

Estes aspectos estão ligados aos papéis que estão socialmente atribuídos a cada um dos sexos, assistindo-se a uma constante reprodução desses papéis sociais, não havendo grandes mudanças na transmissão destas representações na família, e/ou nas instituições que desempenham um papel importante na socialização do indivíduo (infantários e escolas).

À mulher está atribuído um papel pouco importante, uma vez que se encontra subjugada à vontade do marido, não exercendo os seus direitos de liberdade e de opção. **A mulher não questiona o papel que lhe é atribuído, não conseguindo encontrar outras formas de vida, nem espaço para a sua formação e desenvolvimento pessoal.**

Todos estes aspectos nos levam a propor um conjunto de medidas e de mudanças que nos parecem pertinentes, se considerarmos que esta não é a sociedade de que queremos fazer parte.

Parece-nos importante que se estimule a cultura da família, pondo em prática novos valores na educação dos filhos, independentemente do sexo. É preciso educar para a entreatajuda, comunhão, co-responsabilização, confiança, proximidade e companheirismo. A família é um corpo com vários membros, sendo todos necessários para o seu funcionamento em harmonia.

O aumento do tempo de licença de parto para 1 ano, sendo decidido pelo casal qual dos dois fica com o filho depois dos três meses, sem prejuízo para ambos ao nível da reinserção profissional - isto seria importante para o reforço dos laços de união entre os pais e o filho.

A redução ou flexibilização do horário de trabalho para homens e mulheres permitiria um maior acompanhamento e conseqüente proximidade entre os diversos membros da família.

O reconhecimento das tarefas domésticas e de serviço aos outros familiares (ou não) – tomar conta de doentes, crianças e idosos -, como trabalho socialmente útil e remunerado, incorporando-o como horário normal de trabalho que não ignore outros aspectos importantes da vida social.

Um outro aspecto prende-se com o desenvolvimento de uma cultura do lazer. Fomentar o prazer de brincar, de viver, de se divertir em família e de saber criar alternativas e espaços para o lazer gratuito. A amizade, o estar em família, a confiança e a proximidade podem ser meios para alcançar o equilíbrio e bem estar de cada um de nós, contribuindo, desta forma, para a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

As autarquias deveriam criar espaços de convívio para as crianças, assim como organizar convívios para pais e filhos. Deviam ser aproveitados os espaços verdes e criadas associações de lazer, como o café concerto. Em todos os blocos habitacionais deveriam ser criadas salas e jardins de convívio. Deviam, ainda, ser aproveitados os pavilhões gímno-desportivos, de modo a que todos deles possam usufruir.

Todas estas propostas deverão ser tidas em conta na educação das gerações vindouras. Valores como a entreajuda e a partilha de tarefas poderão, a médio prazo, contribuir para a mudança de mentalidades.

Margarida é gestora. Tem 31 anos, é casada e tem um filho.

Conta-nos a sua experiência quando enfrentou o "peso da cultura" – mais e mais horas no trabalho, mas não de trabalho. A pressão que se gerou apenas por ter um horário; pressão que, indiferente aos resultados ou à qualidade do produto do trabalho, acabou por desmotivar e tornar impossível a sua permanência na empresa.

Quando fiquei grávida comecei a preocupar-me com a forma como havia de organizar a minha vida depois do bebé nascer. Trabalhava num meio muito competitivo, onde toda a gente fica por regra cerca de 10 a 12 horas por dia, com flexibilidade de horário de saída.

Nunca pus em causa ficar em casa. Em primeiro lugar, por razões de ordem financeira. Não só numa perspectiva de curto prazo – o que se gasta em creche, empregada, transportes e almoço fora, come muito do que se ganha; mas porque gosto da autonomia financeira; e porque, como sabemos, na família está tudo bem enquanto as coisas não correm mal. Em segundo lugar, porque gosto de trabalhar. Sempre gostei. Gosto das relações profissionais, gosto da possibilidade de fazer coisas interessantes, de fazer trabalho criativo, com responsabilidade. E não sou o género de "adorar fazer uns ótimos refogados". E confesso que, quando voltei da licença de parto, estava com imenso gás e vontade de trabalhar.

Só que também não conseguia ignorar o facto de que só somos insubstituíveis no papel de pais. E mais tarde, quando o bebé nasceu, também não conseguia ignorar que ao fim de muitas horas longe dele começava a ficar ansiosa e sentia que tinha que voltar para casa. Ou seja, era importante para o bebé e era importante para mim.

Nessa altura fui a um seminário em Londres. Mais que tudo o resto, vi como aquela gente era organizada e eficiente, conseguia cumprir horários, obter excelentes resultados e acabar tudo ao fim de 7 ou 8 horas de trabalho. Todos contentes, iam embora para casa, para a ginástica, para a sua vida. Aquilo foi a resposta para o meu problema: resolvi que iria ser superorganizada e gerir o tempo com enorme cuidado, pelo que iria conseguir conciliar um bom trabalho e algum tempo no fim do dia...

Não perdia tempo em conversas de café, almoçava em pouco tempo, trabalhava a um ritmo acelerado. Todas as manhãs planeava o dia, sempre que aparecia mais alguma coisa respondia imediatamente ou combinava logo o prazo de entrega. Chegava a casa esgotada de trabalhar intensivamente, mas ainda tinha algum tempo livre no fim do dia. E estava a adorar esta decisão. Na prática, o meu marido tinha o "turno da manhã" – vestir, dar o pequeno almoço e levar o bebé para o infantário, e eu o da tarde. Começava a trabalhar cerca das 7:30h (o que nos mercados financeiros internacionais é relativamente normal), almoçava rapidinho e saía depois das 5 da tarde. Por lei, o meu horário era das 8:30 às 16:30, com direito a menos duas horas até a criança ter um ano...

Para as situações de excepção – fosse por doença do bebé, necessidade de fazer uma viagem, ou ficar numa reunião ao final do dia – contava com o apoio da minha mãe e de uma empregada. Eu estava plenamente convencida que ia conseguir. Dividia tarefas com o meu marido; Tinha ajuda dos avós; capacidade financeira para pagar a uma empregada em situações de excepção; um trabalho que me permitia entrar cedo e sair cedo; chefes novos, competentes e até bem intencionados. Achei que tudo ia correr bem.

Só que sub-avalei o peso da cultura, neste caso da cultura de empresa.

Infelizmente não estou aqui para dizer que a solução é ser eficiente e obter bons resultados. É que **tentar ir contra a cultura de empresa é uma batalha perdida. E com a cultura de empresa mais comum em Portugal, ao tentar conciliar trabalho e família, uma pessoa arrisca-se a ver um revés na carreira ou passar ao lado de funções interessantes e de prestígio.**

Independentemente dos resultados obtidos, independentemente da qualidade e da quantidade de trabalho, tentar individualmente ir contra esta cultura é ter que provar todos os dias, como mais ninguém tem de provar, que se fez um bom trabalho, que está tudo tratado, pelo que não havendo nada de excepcional vale mais ir embora. É ter de fingir que não se percebe a "cara feia", o olhar de lado, cada vez que se sai antes dos outros.

É uma pressão insinuada, não totalmente assumida. O que é dito directamente é que o que interessa são os resultados..., mas é suposto perceber-se outra coisa. E se ao princípio esta pressão é mais ou menos subtil, ao fim de um tempo começa a ser mais evidente. E comigo a certa altura deu-se um processo ao qual a minha chefia chamou "fazer de tudo para que a Margarida se motivasse" e ao qual eu chamo um filme de terror. Durou só três semanas – nem imagino o que seja viver com isto vários anos. E conheço quem o tenha passado, inclusivamente no funcionalismo público.

E o pior é que por mais segura que uma pessoa se sinta, se muita gente tem como primeira reacção dizer: quem não está sempre disponível é pouco motivado e ambicioso, a certa altura começamos a sentir dúvidas. É um

pouco aquela história: se todo a gente diz que o rei está vestido, eu é que estou a ver mal. E se calhar é mesmo falta de ambição querer conciliar trabalho e família...

Só para dar alguns exemplos, ouvi comentários do tipo: "porque é que não contratas uma ou mais empregadas domésticas como o fazem todas as colegas que têm filhos e querem ter uma carreira?"; "quem tem horário de saída são os funcionários públicos". Na altura da minha avaliação uma das maiores críticas que recebi foi: "tu chegas aqui, trabalhas, trabalhas, trabalhas e depois vais-te embora. Vê-se mesmo que te queres ir embora, fazes tudo bem feito só para não teres problemas."

E nesse sentido, ter um horário de trabalho é com muita frequência, em Portugal, o mesmo que ter um part-time em alguns países – um sinal de falta de comprometimento. Imensa gente diz: "se eu pudesse sair mais cedo, demorava menos tempo no almoço, fazia menos pausas, entrava mais cedo". Mas não ganho nada em trabalhar mais intensamente. Se eu acabar a horas a conclusão a que se chega é que tinha pouco para fazer. Isto é, não se assume que a capacidade humana de trabalho é limitada.

Embora não o faça intencionalmente, uma empresa assim acaba por promover a ineficiência. Não é trabalhar mais, é trabalhar mais horas. É fazer o mesmo em mais tempo, com mais conversas sobre o jogo de futebol, passeios pela internet, jogos de computador para "descontrair", secas à espera de reuniões, almoços importantes de 3 e 4 horas, etc.

Andamos todos a fingir a nós próprios e aos outros que o tempo não é importante nas nossas vidas. Que não é um recurso escasso, não tem um valor de mercado. E enquanto não existe um verdadeiro custo de oportunidades, a coisa passa.

Agora, quando uma pessoa tem outros interesses, ou outras responsabilidades esta cultura "pesa" muito. Começam a surgir conflitos: no trabalho, porque passar horas a mais com os colegas é motivo de conflito; conflitos internos, porque no fundo nós sabemos que gostamos também de fazer outras coisas, que nem toda a realização pessoal é realização profissional; e conflitos com aqueles com quem se tem de partilhar responsabilidades, porque as nossas responsabilidades não são só profissionais. Não se ganha nada com isto e todos perdem.

Marta é funcionária numa câmara municipal. É imigrante de Cabo Verde, tem 48 anos, é casada, tem sete filhos (dos 23 aos 7 anos) e 3 netos.

Aos 45 anos resolveu recomeçar a estudar e, a pouco e pouco, foi reconstruindo uma imagem de si mais positiva e confiante. Hoje, gostaria que as mulheres convivessem mais e se interajudassem, que fossem criados espaços de educação e formação para mulheres.

Desde que em 94 recomecei a estudar no ensino recorrente, para fazer do 5º ao 9º ano, **a minha vida mudou muito. É muito difícil conciliar o trabalho com a família e o estudo. Às vezes tenho medo de estar a fazer mal, de não poder fazer tudo o que a família, os filhos, precisam. Já tenho pensado em desistir... só que não sou capaz.** Não sei porquê, mas tenho uma grande necessidade de aprender, de ser outra pessoa, isso é que me obriga a lutar. Sei que, se tivesse tido estudos quando era criança, agora era outra pessoa.

Sou a mais velha de 12 irmãos. Quando era criança, as pessoas diziam que não era preciso as raparigas irem à escola porque só servia para escrever aos namorados. O meu pai, que só sabia ler e escrever, com uma letra muito bonita, dizia que mais valia eu saber escrever, do que estar a pedir a alguém, porque só eu sabia os meus segredos.

O meu pai então ensinou-me as letras, a escrever com o dedo no chão. Nunca mais me esqueci, foi pouco tempo, mas nunca mais tive uma tão grande proximidade com o meu pai. Se a minha mãe soubesse ler ajudava mais, mas a minha mãe só veio a tirar a 4ª classe com perto de 60 anos. Ela ensinou-me a ver as horas, de muito pequenina eu já sabia as horas e o meu pai tinha grande orgulho.

Há 21 anos emigrei com a minha filha da cidade da Praia, ilha de Santiago, Cabo Verde, para Portugal. Vim ter com o meu marido. Quando cheguei fui para casa de uma tia do meu marido, vivi lá 6 meses, numa barraca no meio do mato. Vim embora para Setúbal para viver numa caserna de obras, depois fui morar para o convento de São Francisco onde vivi 8 anos com muita dificuldade, sem condições. Mais tarde, conseguimos casa de banho, água e luz. Ao fim de 8 anos consegui uma casa na Bela Vista, através da Câmara Municipal de Setúbal. No início, era muito difícil arranjar trabalho, porque não tinha a 4ª classe. Tentei vender peixe, roupas, trabalhei no campo, mas não me sentia realizada, não era aquilo que eu queria fazer. Em 1990/91 tirei a 4ª classe para poder tirar um curso de costura. Quando fui apresentar o diploma já tinha passado o prazo para o curso e fui para um de ajudante de refeitório, de que não gostava, mas era melhor do que não ter nada. Apesar de eu já ter o 1º ciclo e o curso profissional, continuava a sentir que não tinha valor, não tinha confiança em mim, tinha medo, deixava-me estar fechada sem contactar com ninguém.

Através de uma amiga fui a uma formação de desenvolvimento pessoal para mulheres desempregadas. Foi como um ponto de partida, pensei sobre mim em conjunto com um grupo de mulheres, aprendi a viver mais naturalmente, sem medo, sem vergonha, a sentir-me igual aos outros. Somos diferentes, mas cada pessoa ocupa o seu lugar, a sua função e, se a sabe fazer, pode sentir orgulho nela.

Antes, sentia que eu tinha obrigação de fazer tudo em casa sozinha, se tinha de pedir o favor de uma ajuda, sentia-me frustrada. Com a formação, percebi que todas as pessoas da casa têm obrigação, e não só eu, e então tenho procurado mudar as coisas, não com brigas, mas mais falado, mais negociado. Antes tinha vergonha dos empregos que conseguia com a minha falta de estudos, e não sentia coragem de estudar para além do 1º ciclo. Depois senti que podia procurar os empregos possíveis e ter orgulho em trabalhar, e que queria e podia continuar a estudar.

Apesar de ser muito difícil conciliar o tempo de todas estas actividades, agora, mesmo que me paguem o dobro do que eu ganho, para ficar em casa, já não quero, foram tantos anos que fiquei farta. A mulher, quando está em casa, faz sempre as mesmas coisas, não tem valor para os outros, e também tem menos oportunidades para aprender.

O meu testemunho resulta desta minha experiência de vida e das vidas das outras mulheres que eu conheço.

Algumas de nós tivemos formação de Desenvolvimento Pessoal e de Animadoras, em 1994. Após esta formação, além de procurarmos solucionar os problemas de cada uma de nós, queríamos fazer qualquer coisa que juntasse outras mulheres do bairro e desse a conhecer a nossa cultura. Surgiu o grupo do batuque, que é a mais antiga diversão da nossa ilha. Formámos este grupo há 2 anos. É um espaço onde podemos estar a conviver, batucar, dançar, esquecer os problemas. O grupo é um espaço nosso todos os domingos. Acho que é bom, porque para além de manter a tradição, também estamos a ensinar aos nossos filhos e eles gostam muito.

Se eu fosse governo, mandava pôr no centro destes bairros um centro de formação para mulheres, para mulheres de culturas diferentes se poderem entreajudar – dar educação para a saúde, prevenção de doenças, educação sexual, comportamento das outras pessoas, etc., fazia os possíveis para que toda a gente soubesse, pelo menos, assinar o nome, porque quase toda a gente se preocupa com o que tem para comer e vestir, e não acha o resto importante.

Abrir um centro de convívio para todos não dá, os homens tomam conta dele para as suas festas e não se dão conta de que estão novamente a fechar as mulheres em casa. É preciso lugares de convívio e de educação só para mulheres onde estas se sentem mais à vontade. Os homens também têm medo de ser inferiores às mulheres – de eles não terem razão ou saberem sempre mais. A escola é muitas vezes vista como uma ameaça. Era um centro para a pessoa fazer aquilo que quer, em termos de troca de saberes, de poder conversar sobre os seus problemas, trocar receitas de culinária, aprender a costurar, ir lá discutir, reflectir sobre os seus problemas, problemas de educação dos filhos, ter encontros sobre saúde, sentirem-se menos sozinhas. Claro que também tinha que haver regras, mas não era um curso que começa e depois acaba e a pessoa fica outra vez sozinha. Não é um centro de formação profissional, é antes, durante e depois, é constante.

É educar uma pessoa para a vida, sobretudo nós com esta cor, junto das pessoas de cá, sentimo-nos inferiores. Eu já ultrapassei isso com as formações, com a educação, eu já sinto que cada pessoa tem o seu lugar

importante, cada pessoa tem os seus saberes. Sinto que somos iguais. Mas responder, quando nos chamam preta ou ofendem, com ofensas ou muita zanga, é porque estamos a sentir aquela inferioridade – e o que é preciso é saber deixar de a sentir.

Cláudia é médica. Tem 33 anos, é casada, tem uma filha e está à espera de outra.

Conta-nos a experiência da tensão vivida por ter de escolher entre uma carreira completamente absorvente e a vida familiar. As reacções dos colegas quando decidiu tirar um ano sem vencimento. As dificuldades na readaptação. E aquilo que ela gostava que acontecesse de futuro.

Iniciei a carreira médica em 1990, mas só em 1992, com a mudança de hospital e início do Internato Complementar de Medicina Interna, senti, debaixo dos pés, o peso dos degraus. A carreira médica está muito estratificada, de exame em exame, concurso em concurso. A competitividade é crescente, sobretudo desde que, no início da década de 80, deixou de haver vínculo definitivo ao quadro das instituições públicas de saúde para os que iniciavam a carreira. A segurança de um emprego até à reforma ainda é o objectivo de quase todos e foi-se criando uma cultura de subserviência, de “fidelidade institucional” até à conquista do lugar no quadro. É evidente que, neste contexto, o dever primeiro de qualquer um é para com a carreira e a profissão.

O horário é de 42 horas, mas o número de horas de permanência no hospital é de pelo menos mais 12 horas, podendo chegar a mais 36 horas semanais. A permanência no hospital é para trabalho assistencial. O estudo, tão necessário para encontrar a melhor solução técnica para cada caso, é feito quando se chega a casa. A preparação de trabalhos para reuniões científicas é exigido como parte da especialização, mas é igualmente feito, maioritariamente, depois do horário cumprido.

Entretanto, casei-me com o Luís que também é médico, e em 1994 nasceu a Maria. Fui ganhando sensibilidade para outros aspectos da vida: a vida familiar. E com tudo isto, **foi crescendo a tensão da quase impossível tarefa de conciliar as exigências de uma carreira e o desejo de não perder o crescimento da Maria ou a capacidade de cuidar a vida.**

Em Setembro garantia aos chefes que em Janeiro estaria de volta.

Mas comecei a ver que não era capaz de estar de volta porque olhava para aquilo que tinha acontecido às minhas colegas. Mal terminavam a licença de parto, retomavam o trabalho extraordinário e as noites, e aquelas que amamentavam tinham era que andar mais depressa. Tinham que ver o mesmo número de doentes, ter o

mesmo número de camas, o mesmo número de consultas, o mesmo número de tarefas e tinham o privilégio de poder sair mais cedo e chegar mais tarde. **Querer acompanhar um bebé em crescimento e a continuação da carreira, desta forma, não são vontades conciliáveis.**

Eu, olhando para isto tudo, comecei a achar que não era capaz de prescindir do prazer de ver a Maria crescer. E então decidi pedir um ano de licença sem vencimento. E fui trabalhar a recibo verde para uma outra instituição, muito menos horas, porque aí eu podia negociar o número de horas. O impacto junto dos meus chefes e colegas foi imenso. Nunca ninguém tinha feito isto. A carreira, de facto, é o mais importante - num determinado estrato de médicos, é de uma importância inquestionável. E um dos responsáveis pela minha formação teve uma conversa comigo a dizer que eu estava a tomar uma decisão muito grave, que eu estava no pelotão da frente mas que não me deixasse ficar a olhar a paisagem, a geração que vinha atrás de mim, que seria aquela a quem eu depois me juntaria, era ainda mais competitiva e eu estaria a perder oportunidades.

Entre os meus colegas, houve perplexidade da parte de alguns e a maior parte achou que eu estava a fazer uma valente asneira. Na altura foi muito complicado, mas lá me afastei do serviço durante um ano.

No regresso, a readaptação, as expectativas que sentia nos outros e as exigências de trabalho, que me foram feitas, fizeram-me entrar em colapso poucos meses depois. Disse então que não queria fazer tantas horas extraordinárias e não as fiz de facto. Fui avisada várias vezes: o não fazer horas extraordinárias tinha um preço em termos de classificação final do internato, de obtenção do lugar no quadro. **O que me incomodou mais foi ter-se gerado uma pressão à minha volta, fazendo-me sentir que era muito diferente, que estava a trair a instituição, que estava a trair os colegas, tomando esta atitude.**

Há muitas colegas que falam das mesmas angústias – da separação dos filhos por ritmos intensos e violentos de trabalho, a constante presença das preocupações domésticas ao longo do dia de trabalho, sair mais cedo que o marido ou ficar 24 horas no hospital, mas deixar tudo previsto em casa (o que se vai comer, a roupa das crianças), **viver com a dificuldade de saber que a carreira será sempre um aspecto secundário para, ainda assim, se sentir que não se acompanha os filhos como se gostaria.**

Terminei a minha especialidade em Fevereiro deste ano e devo dizer que não senti que, no exame público, tivesse sido prejudicada.

Gostava de dizer que, em Outubro passado, uma colega, após a licença de parto e as férias, resolveu tirar um mês de licença e há outra que está grávida, que já disse que vai tirar um ano de licença. Quando eu o fiz, nunca ninguém o tinha feito antes e agora parece que são coisas que não são tão estranhas às pessoas.

Gostaria de poder progredir na carreira (entendo isto como o reconhecimento de melhores ou maiores competências e a partilha de maiores responsabilidades na Instituição), ou manter uma actividade profissional estimulante (eu gosto do que faço) com horário reduzido ou com possibilidade de negociar as horas de trabalho ou a forma de prestação de serviços.

Gostaria que, no geral, os horários fossem mais pequenos e nos permitissem acompanhar os filhos, os mais dependentes, os nossos doentes, sem nos vermos forçados a arrumá-los em instituições e assim nos excluirmos mutuamente. Para mim não faz sentido a co-existência de excesso de trabalho para uns e desemprego ou trabalho precário para outros.

Gostaria que o trabalho em organizações locais fosse valorizado e incentivado permitindo que parte do trabalho organizativo fosse remunerado.

Gostaria que os homens valorizassem (valorizassem mais) a importância do privado, da vida doméstica, e se tornassem co-responsáveis, partilhassem mais o cuidar dos filhos pequenos, dos pais idosos, as tarefas que não são economicamente rentáveis.

Isabel é escriturária. Tem 32 anos, é casada e mãe de uma filha.

Relata o heróico dia-a-dia de muitas mulheres em Portugal. A “ginástica” para conciliar os diferentes horários da família, o trabalho profissional, a que se dedica e que a realiza, as tarefas domésticas, realizadas isoladamente, um tempo para a filha e, ainda, um tempo para si própria...

Penso que o testemunho que venho apresentar, apesar de ser a realidade da minha vida quotidiana, reflecte um pouco o dia a dia de muitas mulheres em Portugal e de muitas famílias jovens. **Conciliar a vida profissional e a vida familiar é hoje uma tarefa difícil. A vida é cada vez mais apressada e temos sempre muitos sonhos para concretizar:** ter uma casa própria, umas férias condignas, um carro, um futuro tranquilo, o dar o melhor aos nossos filhos para que sejam no futuro pessoas equilibradas e felizes.

Entre estas metas e os projectos que são feitos para as atingir, resta por vezes muito pouco tempo para nos debruçarmos sobre o tipo de vida que temos. E quantas vezes estas metas são obtidas à custa de muitas lutas, trabalhos e cansaços...

Sou escriturária numa empresa de fabrico de máquinas para a indústria têxtil e gosto daquilo que faço!

De segunda a sexta levanto-me às 7 horas, tomo banho enquanto o meu marido prepara a nossa filha para sair. De seguida levo a minha filha à ama que reside aproximadamente a 5 km da minha casa. Apanho sempre muito trânsito, o que me gera algum nervosismo logo pela manhã. Depois de deixar a minha filha volto para trás para iniciar o meu dia de trabalho às 8h30.

Às 12 horas saio para almoçar. No entanto, o almoço propriamente dito demora a maior parte das vezes cerca de 10 minutos. Isto porque aproveito para ir a casa orientar alguns serviços, tais como: fazer camas, estender e apanhar a roupa, fazer compras...

Volto ao trabalho às 13h30 e saio às 18 horas. Vou novamente buscar a minha filha e volto para casa para as lides domésticas, que me ocupam a noite: fazer o jantar, dar banho à minha filha, dar-lhe o jantar, prepará-la para dormir, entre outras coisas. Todas estas tarefas são feitas sem a colaboração do meu marido. Ele trabalha por conta própria não tendo um horário de trabalho fixo, sendo normalmente contactado ao fim da tarde para alguns serviços.

Ao fim de semana levanto-me um pouco mais tarde, por volta das 8h30, e automaticamente pego nos produtos de limpeza e há que pôr mãos ao trabalho! Não tenho empregada de limpeza e ao fim de semana o meu marido também trabalha profissionalmente.

Ao Domingo levanto-me também às 8h30 e aproveito a manhã para brincar com a minha filha antes de fazer o almoço. Como ela tem apenas dois anos necessita de muita atenção, que nem sempre lhe posso dar como gostaria. À tarde, como ela dorme um pouco, então sento-me a ler, que é um dos meus passatempos preferidos. Por volta das 18h30 faço uma visita aos meus pais e janto sempre em casa dos meus sogros.

Desta forma, o fim de semana normalmente entendido como dois dias de descanso, para mim significa apenas o Domingo à tarde, e nem sempre.

No dia seguinte é segunda-feira e tudo volta ao início!

Faz também parte dos meus planos ter outro filho, e gostaria que fosse nesta fase porque assim não fariam grande diferença de idades um do outro. Mas o facto de o meu marido ter iniciado uma actividade laboral por conta própria, com uma oficina de reparação de automóveis, não nos tem permitido partilhar as tarefas domésticas e de apoio à nossa filha como gostaríamos.

Pensamos que esta seja uma situação temporária mas, actualmente, é a nossa realidade familiar. Trata-se de uma fase da vida em que temos de unir esforços para conseguir atingir algumas etapas: por um lado consolidar melhor a actividade profissional do meu marido e, por outro lado, conseguir algumas coisas que nos dão estabilidade, como por exemplo ter casa própria. Temos por isso uma noção clara de que na vida há coisas que só se conseguem com muito esforço pessoal e lutando por elas em conjunto.

Se a minha família é muito importante para mim, o trabalho não o é menos!

Com já disse, sou escriturária e, no escritório onde trabalho, faço desde contabilidade a arquivo, chamadas telefónicas, enfim, faço de tudo um pouco. Envolve-me muito com o trabalho e vivo muito as situações. Assim, mesmo à noite, as minhas conversas acabam por ser um resumo do meu dia no escritório, o que acho normal, já que passo mais horas no escritório do que em casa. Tenho também conhecimento que tenho direito a faltar ao trabalho em caso de necessidade de prestar assistência aos filhos, como por exemplo ir a consultas médicas. No entanto, tento sempre que isso seja feito em horário pós-laboral, por diversas razões: para não acumular serviço, pois se eu faltar não tenho quem me substitua nas funções que desempenho, portanto faltar implica acumular serviço; por outro lado, faltar e ser na mesma remunerada causa-me algum constrangimento, daí evito ao máximo fazê-lo.

Trabalho de segunda a quinta-feira, oito horas diárias e à sexta apenas sete horas, o que perfaz um horário semanal de 39 horas. O facto de à sexta sair uma hora mais cedo torna-se muito rentável para mim e tenho

pensado que, se nos restantes dias da semana, também trabalhasse apenas 7 horas, o meu fim de semana não seria provavelmente tão atribulado e teria mais tempo para mim.

Penso que seria importante uma redução do horário de trabalho de todos os trabalhadores para 35 horas semanais. Esta medida permitiria uma melhor conciliação entre o trabalho e a família, assim como daria a possibilidade de termos mais tempo para nos dedicarmos a actividades lúdicas e recreativas tão importantes ao nosso bem estar.

Penso que seria igualmente importante que mais empresas fomentassem a criação de creches, infantários e actividades de tempos livres para as crianças. Esta medida facilitaria a vida de muitos pais e mães, evitando rotinas diárias desgastantes e, conseqüentemente, originando maior satisfação e tranquilidade no trabalho.

Fui educada para ser mãe, dona de casa e trabalhadora. A minha vida foi sempre estruturada no acumular de muitas tarefas, e esta realidade é ainda partilhada por muitas mulheres da minha geração.

O conceito de pai é ser trabalhador. Ser dono de casa não é ainda hoje incorporado por mulheres e homens, quer porque muitas mulheres não abdicam de funções que culturalmente lhes foram atribuídas, quer porque alguns homens não se assumem como donos-de-casa, com as responsabilidades acrescidas que esta função implica, ao nível da gestão doméstica e dos cuidados aos filhos.

Há um trabalho de mudança de mentalidades a ser efectuado, através do reforço da imagem positiva do homem nas tarefas familiares. Na minha opinião, a escola e os mass media terão aqui um papel importante a desempenhar.

A escola deveria transmitir não só a ideia de que homens e mulheres têm iguais aptidões para o exercício de funções no trabalho e na vida profissional, mas também nas tarefas domésticas, nos cuidados aos filhos, aos idosos e aos deficientes.

A publicidade que todos os dias invade as nossas casas deveria deixar de usar quase exclusivamente a imagem da mulher como a "fada do lar", aquela que assegura as compras para a casa.

Por que não vemos mais homens a lavar a loiça com os produtos que querem que nós, mulheres, utilizemos? Por que não vemos mais homens a escolher nos supermercados aquela marca de bolachas de que as crianças tanto gostam?

Fátima e Fernanda são responsáveis do Sindicato do Vestuário de Braga. A primeira é casada e tem 2 filhos, a segunda é solteira.

Falam-nos da situação das mulheres face ao trabalho suplementar obrigatório que, além de ser muitas vezes imposto, agrava seriamente um quadro de vida já de si complicado, com o trabalho normal, a organização e a gestão familiar, a educação e o acompanhamento dos filhos.

Somos um grupo de mulheres a trabalhar na indústria do Vestuário, onde predomina a mão-de-obra feminina. Deste modo, e embora o tema desta audição seja a conciliação da vida familiar e da vida profissional para homens e mulheres, é sobretudo da situação das mulheres face ao trabalho suplementar obrigatório que vimos aqui falar.

Somos da região de Entre Douro e Minho, região terra-mãe das mais antigas indústrias com destaque para a têxtil, algodoeira e tintureira, a confecção, os curtumes e o calçado.

Há também que ter em conta que as mulheres trabalhadoras desta região têm ainda ao seu cuidado a organização e a gestão familiar, a educação e o acompanhamento dos filhos. E se esta situação mais do que milenária não se altera com decretos, já o mesmo não podemos dizer quanto ao tempo de duração do trabalho, quer o considerado trabalho normal, quer o considerado trabalho suplementar obrigatório. É um prolongamento até 2 horas, com a agravante de ser decidido exclusivamente pelos patrões, sem obrigação de aviso prévio aos organismos fiscalizadores – não sendo possível nunca à Inspeção de Trabalho a verificação das infracções, já que o cumprimento das regras tem que ser verificado pelos agentes, e quando estas são infringidas, já os serviços de inspeção estão encerrados.

A retribuição prevista, de mais de 50% na primeira hora e de 75%, nas horas ou fracções subsequentes, não é cumprida visto que quase sempre as horas extras são pagas a singelo. Grande parte dos agentes da Inspeção do Trabalho não se sentem motivados ou a lei não lhes permite uma melhor intervenção.

O conceito aleatório de «motivo» para o prolongamento do horário de trabalho é mais um alibi para a ausência de planeamento, diálogo e respeito pelas partes integradoras da empresa.

Daqui resultam ainda conflitos permanentes, por parte sobretudo das mulheres trabalhadoras, que têm todos os demais compromissos a aguardá-las em casa. Sentimos quase uma humilhação! Se houve esperanças com a alteração da Lei da Redução Normal do Trabalho, a confusão instalou-se quando, em simultâneo, surgiu a “adaptabilidade dos horários”. E, como se não bastasse, temos a agravar a situação a Lei do Trabalho Suplementar que passou, em 91, de 160 para 200h.

Fala-se muito de uma recta repartição de bens e de rendimentos do trabalho, pois os nossos salários são os mais baixos do país, rondando o Salário Mínimo Nacional. Mais grave ainda, é que o patronato retrógrado e em grande parte impreparado para a mudança, ao alimentar as horas extraordinárias da forma como hoje se processa, só contribui para a manutenção de uma má organização e/ou pouca exigência de gestão nas empresas.

Para que, mulheres e homens, possam dispor de mais tempo para si e para a família, para poderem cooperar e participar nas coisas públicas - tais como reuniões de pais, assembleias de bairros ou condóminos, comissões de desempregados e para disporem de tempo para se cultivarem e promoverem, reclamamos ao governo deste país:

- que repense a Lei das 40 horas, reduzindo efectivamente o horário de trabalho;
- que clarifique estas questões e apresente em sede de concertação social, propostas viáveis que tenham de facto em conta que a economia ou a indústria não podem ser concebidas em abstracto, sem os trabalhadores, sobretudo quando estes são na sua maioria mulheres;
- que reveja a Lei do Trabalho Suplementar.

Propomos assim, relativamente ao trabalho suplementar: que seja fixado como limite anual as 100 horas; que seja fixado como limite diário 1 hora; que não estejam obrigados à prestação de trabalho suplementar os pais com filhos de idade inferior a 10 anos; que o trabalho suplementar deixe de ser obrigatório sempre que o trabalhador comunique a sua impossibilidade; que a obrigatoriedade da prestação de trabalho suplementar fique sujeita ao facto de o mesmo ser requisitado por escrito e com a antecedência mínima de 48 horas, sendo obrigatória e nos mesmos termos a comunicação ao IDICT¹ e aos representantes dos trabalhadores; que a falta de comunicação prevista no ponto anterior inviabilize a realização de trabalho suplementar; que as empresas que comprovadamente pratiquem trabalho suplementar sem o estrito cumprimento do agora estabelecido, sejam punidas com a interdição ao recurso de trabalho suplementar por doze meses para a primeira infracção e que, verificada a reincidência, seja definitiva; que a falta de pagamento pontualmente da retribuição devida por prestação de trabalho suplementar liberte o trabalhador de prestar novo trabalho suplementar.

¹ Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho

Julieta é membro da CERCI desde a sua fundação e presidente da instituição em Lisboa, desde 1996. Tem 54 anos, uma filha

Conta-nos como a conciliação é ainda mais difícil quando há filhos deficientes e como foi importante encontrar a ajuda de cooperativas para a procura conjunta de respostas.

Ao participar nesta audição pública, faço-o não só na qualidade de mulher que tem uma experiência de longos anos na procura de soluções que ajudem a compatibilizar as responsabilidades profissionais com as que são exigidas pela estrutura familiar, mas também como representante de uma organização não governamental, que pretende ser uma estrutura de apoio às famílias que enfrentam o problema grave de terem um filho deficiente.

Todos os dias, e penso que em todos os locais do mundo, sobretudo nos meios urbanos, chegamos a casa, ao fim de cada dia de trabalho, cansados; desejamos, obviamente, repousar um pouco depois de, para além de termos cumprido as tarefas profissionais obrigatórias, termos também lutado estoicamente contra um trânsito automóvel que, cada vez mais, nos absorve, paralisa e nos desumaniza.

Em casa esperam-nos ainda múltiplos afazeres domésticos, tarefas inadiáveis, obrigações a cumprir em tempo curto. Finalmente, conseguimos jantar calmamente, sentamo-nos um pouco, e, inevitavelmente, deixamos que os nossos olhos procurem o écran televisivo. Ouvem-se as notícias que, tantas vezes de forma agressiva, mostram um mundo feito de conflitos e catástrofes: são as guerras com as suas consequências funestas, o isolamento, a fome e a insegurança para os menos protegidos e os mais susceptíveis: as crianças, os inválidos, os idosos e os deficientes. Vemos tudo isto e assalta-nos o sentimento mesclado de pena, de incómodo e de total incapacidade para solucionar tais males.

Mas, por muito que nos assalte esse sentimento de pena, por muito que lastimemos a desgraça alheia, o facto é que, sem querer, e porque somos biologicamente constituídos para nos autopreservarmos, achamos que os grandes problemas que avassalam a humanidade só acontecem aos outros.

Porém, e falo por experiência própria, um dia, quando menos esperamos, passamos a ter o problema bem perto, assumimos então o protagonismo da situação.

Nessa altura, tinha eu 25 anos, fui mãe. Durante o meu tempo de gravidez, acalentei, como todas as futuras mães, o desejo de um filho robusto, alegre, saudável, que eu haveria de ver crescer, amadurecer e tornar-se um adulto igual a mim ou melhor que eu. Sonhei como todas as mães e tal como elas projectei futuros e até calei fundo ideias brilhantes.

Na realidade, e porque ninguém poderá fugir à evidência dos factos, foi a minha vez de encarar a dura realidade, de ter um problema. A minha filha teve paralisia cerebral. A partir desse momento, em que se confirmavam os diagnósticos médicos, iniciou-se para mim um caminho difícil feito de procura de soluções. Para a minha filha queria o melhor. Começaram então as terapias e acompanhamentos médicos. A Vera frequentou o colégio que achei mais indicado para o caso dela. Era uma criança alegre, bem disposta e simpática. Mas era uma criança dependente de todos os que com ela trabalhavam.

Em 1975 dava-se em Portugal a Revolução do 25 de Abril. As mudanças estruturais e sociais que acompanharam este período tiveram as suas repercussões a todos os níveis. Movimentos sociais surgiam por todo o lado e o espírito de solidariedade e resolução dos problemas sociais criavam uma dimensão que surpreendia e aliciava. Em 75 - a Vera tinha então 5 anos - ao deslocar-me para o meu emprego, ouvi na rádio uma notícia que me entusiasmou. Um grupo de pais de crianças deficientes, técnicos e pessoas interessadas, tinham aderido a um movimento que posteriormente deu lugar à fundação de uma Cooperativa, a que se chamou CERCI.

Em 1979, comecei a trabalhar na CERCI de Lisboa. Já fui coordenadora do Centro Educacional dos Olivais, primeira responsável dos serviços administrativos, secretária de direcção e desde 1996 assumi a presidência. Acima de tudo, tenho sentido que estarmos associados é estarmos unidos e lutarmos pelos direitos das pessoas deficientes, pela consistência e estabilidade da dinâmica das famílias confrontadas com tal problemática.

No seio de uma família já existem tantas vezes desigualdades nos direitos e nas oportunidades entre marido e mulher, de acordo com os direitos de ambos: estabilidade emocional, diversão, profissão etc.; **quando eventualmente surge uma situação inesperada, como o nascimento de uma criança deficiente, a dinâmica familiar tende a agravar-se, pois será quase sempre, e em última análise, a mulher a ter que assumir sozinha as responsabilidades e a encontrar soluções que a ajudem a conciliar os seus deveres dentro e fora de casa. Na maior parte dos casos, não lhe sobra tempo para um espaço de estabilidade emocional, um momento de lazer ou de diversão.**

É normalmente a mulher que tratará do filho, irá com ele a consultas, passará noites em branco, em vigília, confrontar-se-á com o problema da escola e das terapias, as oportunidades de emprego e de ocupação. Quanto mais grave for o grau de deficiência maior dimensão tomará este problema, criando clivagens insuperáveis no seio da família. E, no meio de tudo isto, se eventualmente os elos familiares não se tiverem fragilizado, conduzindo à ruptura das relações do casal, a mulher terá que harmonizar todos estes deveres com os que lhe cabem como dona de casa e trabalhadora por conta de outrem.

O tema que hoje aqui se debate torna-se, por tudo isto, muito oportuno e actual, pois há que criar medidas que permitam:

respeitar os direitos, definir os deveres e proporcionar igualdade de oportunidades para homens e mulheres;

- sensibilizar, criando espaços e tempos de debate entre homens e mulheres, para que se consiga derrubar as barreiras que ainda existem, desmistificando estruturas rígidas do “antigamente”, que convencionaram estabelecer diferenças entre homens e mulheres e foram castradoras das oportunidades da mulher;

- apoiar, por todos os meios postos ao alcance dos poderes políticos e sociais, as organizações não governamentais que representam, sem sombra de dúvida, a vontade de grupos social e solidariamente organizados, para ajudarem a resolver os problemas de milhares de famílias que enfrentam situações de ruptura e instabilidade afectiva, devidas à incompatibilidade entre deveres e direitos.

Cada vez mais o trabalho em grupo, num espírito de solidariedade e partilha de problemas e soluções, pode responder à satisfação das necessidades geradoras de climas familiares mais estáveis e saudáveis, onde homem e mulher reconheçam mutuamente os seus direitos, partilhem deveres e se identifiquem na igualdade de oportunidades.

Penso, sobretudo, ter conseguido transmitir a ideia de que todas as formas associativas encerram o espírito de união, congregam ideias e ideais e podem criar a dimensão que, a médio prazo, alcançará o objectivo que a todos nós é comum: **ajudar a construir uma sociedade mais justa que, sendo constituída por pessoas diferentes, homens, mulheres, deficientes, minorias étnicas, idosos, desfavorecidos, não esqueça que terá que ser comum a todos a igualdade de oportunidades, a assunção das responsabilidades e dos deveres conscientemente assumidos.**

Se todos lutarmos por esse ideal, então, provavelmente, não sentiremos ao fim de cada dia de trabalho aquela sensação de incapacidade para solucionar problemas. Dormir de consciência descansada é, antes de tudo o mais, ter a consciência que estamos a construir o futuro de todos nós.

Glória é revisora de provas gráficas. É casada e tem 2 filhos

Fala do papel formativo que teve, para si própria e para outras pessoas, a experiência partilhada num grupo como a JOC, e da importância das atitudes educativas para que a partilha de tarefas e de responsabilidades seja possível.

Trazemos neste testemunho a reflexão de um grupo, mas também a vida tal como a vivemos, na realidade sociológica e psicológica próprias do nosso tempo, com o que tudo isto implica de aposta, de entrega, de solidão, de dúvidas, de alegria e da esperança que uma experiência partilhada com os outros sempre transporta para as nossas vidas. Não falamos "em nome de", falamos da vida, dos sonhos de mulheres como nós, porque queremos dar um rosto e mostrar como se leveda uma sociedade de mudanças, que se está a dar no silêncio e na invisibilidade.

Pertencemos a uma geração e provimos de origens sociais onde não havia direito à escolha de percursos. Finda a escola básica, a maioria de nós entrou no mundo do trabalho. Teríamos o mesmo destino de tantas mulheres e homens como nós se não tivéssemos encontrado na JOC uma escola: de formação, de aprendizagem, de instrução. Foi a nossa escola de formação, a nossa faculdade, num tempo onde o acesso aos meios de cultura formais nos estavam vedados. A nossa arca de saberes, foi ali que começou a construir-se e marcou-nos para sempre. Crescemos e estruturámos a nossa personalidade em famílias de fracos recursos, onde as mulheres tinham a responsabilidade da gestão da casa, das tarefas, do cuidar dos filhos, de tratar dos velhos. Retivemos na memória a ancestral sabedoria e competência das nossas mães e avós e as suas estratégias de sobrevivência para gerir casas cheias de gente com tão magros recursos.

Hoje somos nós ainda – queiramos ou não admiti-lo – as gestoras da casa e temos consciência que a educação global dos nossos filhos, dos nossos jovens, passa por desenvolver neles capacidades de autonomia para gerirem o seu manual de sobrevivência. A diferença é que nós, **hoje, educamos rapazes e raparigas para as mesmas tarefas. É um avanço, é um legado que queremos deixar-lhes, é um processo de mudança a partir da base.**

Não vamos escamotear a realidade. Ainda hoje estamos marcados pelos modelos tradicionais. Por isso, não é sem conflito com nós mesmas e com aqueles que temos à nossa volta que isto se faz. Apesar das dificuldades estamos a educar os nossos filhos dentro dos princípios da solidariedade, da partilha de tarefas e da tomada de decisões.

Temos a impressão que as questões da igualdade, da solidariedade e da democracia não entram nos códigos mentais e comportamentais no espaço privado e no espaço profissional tão determinantes na nossa existência.

E se nos espaços profissionais até percebemos que há conflitos de interesse e conflitos de poder, no espaço privado, afectivo por natureza, onde todos estamos ligados por laços de afecto, onde a matriz é a solidariedade e a comunhão de interesses, por que continuamos a conflitar para que a partilha de tarefas e de responsabilidades seja possível?

Ou será que a vida profissional nos desgasta de tal modo que as nossas relações afectivas ficam irremediavelmente prejudicadas? Quem somos nós no fim de um dia de trabalho? Que Ser resta em nós quando aportamos a casa? E que tarefas nos esperam ainda? Que tempo resta para a ternura?

Temos assim que pôr em causa, por razões afectivas e de humanidade, o modelo de sociedade em que vivemos, temos que repensar a questão do Poder.

Para nós, é claro, a sociedade tem que ser construída por todos os seres humanos. A democracia não pode dispensar a opinião, o saber, a cultura, o pensamento e a experiência de cada cidadão.

Propomos que estas problemáticas integrem os programas escolares e de formação profissional; que se produza material audiovisual que sirva de suporte a estas acções; que estas disciplinas possam ser monitoradas por adultos, conforme os seus saberes; que se realizem spots televisivos, exposições, debates, conferências e novas audições públicas a nível local, regional e nacional para alargar o debate; que a Comissão Europeia desenvolva mecanismos de negociação junto das grandes cadeias de televisão, editoras, agências de publicidade, etc., para que se desenvolva uma nova cultura comunicacional que recupere e divulgue, à escala mundial os valores que emergem deste programa comunitário; que cada vez mais os cidadãos se libertem da sobreocupação do tempo

gasto no trabalho profissional, pela repartição do emprego e das tarefas domésticas, de modo a ser possível uma maior e melhor participação de todos no movimento associativo e nos órgãos do poder político - para isso é preciso alterar a lei e limitar os mandatos sucessivos, a todos os níveis, para que um maior número de cidadãos possa intervir e renovar as estruturas; que a questão da paridade seja assumida, nem que para isso tenhamos que negociar quotas de participação; que as escolas, as universidades, as instâncias do poder local, sejam os motores de uma nova concepção de educação, desenvolvendo-se o ensino recorrente de modo a que uma nova dialéctica entre instrução e cultura, entre conhecimento e experiência permita desenvolver novas competências e uma aprendizagem permanente ao longo da vida; que a televisão possa transmitir esta escola interactiva de modo a interessar e a atingir todo o país, contribuindo assim para aumentar os níveis de literacia e de cultura das populações; que governos, Comissão Europeia, associações de toda a natureza desenvolvam espaços de cooperação, de criação de estruturas, etc., vocacionadas para o trabalho social.

Dilva é empregada de hotelaria à noite e durante o dia frequenta um curso de animação sócio-cultural. Tem 20 anos e é solteira.

Fala-nos da igualdade: a igualdade que só se consegue se nos sentirmos iguais. E mostra como é preciso um olhar novo sobre os papéis dos homens e das mulheres.

Estou aqui na qualidade de representante de um grupo de jovens da Associação Juvenil Sol de Abril. A Associação surgiu no Bairro do Alto da Damaia e é constituída, principalmente, por jovens deste bairro, no qual reside uma comunidade de origem cabo-verdiana, ou com ligação ao mesmo.

O testemunho que venho hoje aqui apresentar é resultado de um conjunto de acções de sensibilização sobre a problemática das relações interpessoais e da conciliação trabalho/família, que têm vindo a realizar-se, na associação, com os jovens. As reuniões têm decorrido com homens e mulheres, quer em simultâneo quer em separado. Têm contribuído para reflectirmos sobre as nossas vidas e para procurarmos melhorar o nosso quotidiano.

Tradicionalmente, e na nossa cultura, o papel da mulher na família é um dos mais importantes, senão o mais importante, porque é a ela que cabe educar e cuidar dos filhos, ser uma esposa dedicada, organizar a casa, o que implica a realização das mais variadas actividades domésticas, e espera-se dela sempre carinho, compreensão e disponibilidade. É a ela que cabe assegurar o bem-estar da sua família e partilhar com eles todo o tipo de afectos, sempre com a mesma dedicação e disponibilidade. Tradicionalmente, ao homem cabe o sustento da família de que depende a segurança e a estabilidade.

Assim, para os homens talvez seja mais fácil investir numa profissão porque as mulheres é que são responsáveis pela família, são elas que têm mais trabalho, mais preocupações e menos tempo. É a mulher que tem que se preocupar com o cuidado com os filhos, com a gestão das contas; ao homem cabe dar o dinheiro ao fim do mês e depois, para muitos, não importa se se pagou as dívidas e se não há dinheiro, tem é que se ter sempre o comer na mesa quando ele se senta.

Os nossos filhos, filhas e filhos, deverão ser educados da mesma forma, com os mesmos direitos e obrigações, com as mesmas responsabilidades em casa para aprenderem a fazer de tudo por forma a que, quando cresçam,

sejam capazes de partilhar tudo com os parceiros, de modo a, mais facilmente, conciliarem o trabalho com a família.

Para nós, a conciliação trabalho e família não é fácil: porque a carga horária do trabalho é muito grande, pelo que é pouco o tempo que nos resta para a família; porque normalmente os problemas familiares são reflectidos no trabalho e os do trabalho são depois reflectidos na família. E porque é muito difícil separar trabalho e família e compatibilizar sem conflitos.

Para conciliar é necessário saber distinguir o papel de mãe e de profissional, lutar contra os preconceitos de que só o homem é que comanda a casa e conseguir partilhar tudo com o parceiro. Para que tudo isto fosse possível seria necessário reduzir o horário de trabalho, não trabalhar aos fins de semana como acontece com muitas de nós, diminuir as tarefas domésticas atribuídas às mulheres e estimular os homens a partilhá-las.

Queremos que os nossos filhos cresçam a defender a igualdade de oportunidades que nós nunca tivemos; igualdade essa que existe apenas quando os homens e as mulheres têm os mesmos direitos, em questões profissionais como familiares e até mesmo sociais, quando todos, independentemente do sexo, da raça e da cultura, podem realizar os seus desejos profissionais e emocionais sem desigualdades nem preferências.

Para nós não existe igualdade de oportunidades porque, infelizmente, ainda são muitas as desigualdades no modo como se avalia o trabalho de uma mulher em comparação com o do homem, avaliação essa que ainda é mais negativa se atendermos à questão da raça.

Não existe igualdade, embora as desigualdades estejam hoje menos acentuadas do que no tempo dos nossos pais, isto se falarmos em termos sociais. A dificuldade reside, muitas das vezes, em cada uma de nós - somos muitas vezes nós que conduzimos a essas desigualdades, quando não nos sabemos assumir como iguais.

Alcançar a igualdade implica lutar pelos mesmos direitos e deveres entre homens e mulheres, implica lutar para que todos sejam social, cultural e profissionalmente tratados como iguais.

E mais importante ainda é acreditar que “A igualdade só se consegue se nós nos sentirmos iguais”.

Francisco é empregado da construção civil. Tem 25 anos, é casado e tem um filho.

Fala das grandes dificuldades do jovem no início de vida : as ambições, os sonhos, as prioridades. Salaria a importância de melhores condições de trabalho para facilitar a conciliação com a vida familiar.

Tal como a Dilva, também pertenço à Associação Juvenil Sol de Abril e também estou aqui como jovem da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal.

A maior parte dos jovens que conhecemos trabalha na construção civil, ou em hipermercados. É frequente, também, arranjar empregos como fiel de armazém ou outros do género, em que não temos que dar a cara.

É difícil ter ambições com a vida que temos. Estudar seria um caminho - mas como é que é possível ir estudar quando se sai de casa às 7 horas da manhã e se termina o serviço, pesado, às 6 horas da tarde? Não há corpo nem cabeça que resista. Estudar seria um caminho para arranjar um melhor emprego que não fosse nas obras e que fosse mais limpo, seria o caminho para se subir na vida.

Conciliar o trabalho e a família é extremamente difícil porque é muito o tempo que ocupamos a trabalhar, restando-nos pouco tempo para a família. Com o modo de vida que a sociedade de hoje nos impõe é impossível passar menos tempo a trabalhar porque isso implicaria menos dinheiro e, conseqüentemente, a necessidade de uma série de coisas que nos ensinaram a considerar importantes como casa, carro e boas roupas. São estas coisas que nos dão algum estatuto, que nos dão qualidade de vida porque, se não as tivermos, somos considerados pobres e das barracas.

Assim, para nós conciliar trabalho e família não é fácil; de semana pouco é o tempo que estamos em casa e os fins de semana, na maior parte, passamo-los a trabalhar. Por outro lado, quando chegamos a casa do trabalho, às 7 ou 8 horas da noite, tendo saído às 7 horas da manhã, não temos disposição para nada. Sem esquecer que é frequente sairmos do trabalho e irmos, directamente, para outro, à noite, o que nem nos dá tempo para jantar em casa com a família; pois aproveitamos sempre o que aparece porque é mais algum dinheiro que se ganha.

Posto isto, a disponibilidade para a mulher é pouca, logo o carinho e a atenção devida é mínima, o que gera uma série de conflitos entre o casal.

Quanto às nossas mulheres: muitos são os que não queriam que as mulheres trabalhassem mas, hoje em dia, as mulheres têm que trabalhar, caso contrário os homens passam fome.

Melhores condições no trabalho e, por conseguinte, mais tempo em casa com a família seria a única forma de conciliar o trabalho e a família. Mas para quem, como muitos de nós, está no princípio de vida, em que tem de organizar tudo e muitas são as contas, para dar o mínimo de conforto à família, é impossível conciliar porque é necessário aproveitar todos os trabalhos que surjam.

Manuela é arquitecta. Tem 31 anos, é divorciada e tem uma filha.

Com um modelo específico de estrutura familiar – a família monoparental – tem procurado de diferentes formas, ao longo da vida, equilibrar uma profissão exigente com a educação da filha, apontando novos modelos de vida, novos caminhos de solução, nomeadamente levando o escritório para dentro de casa.

Na sequência de um convite que me foi feito para participar na Audição Pública sobre Compatibilização Trabalho/Família, a título de contar a minha experiência pessoal, dentro de um modelo específico de estrutura familiar, a família monoparental, vou tentar equacionar os pontos que julgo importantes para que este novo modelo cada vez mais comum na nossa sociedade seja viável e construtivo para os adultos, jovens e crianças que o vivenciam.

- A primeira questão que se coloca neste debate é a de como se reflecte na minha vida pessoal a estruturação da vida familiar e a organização do trabalho.

Em relação à estrutura monoparental, sinto-a tão construtiva e viável como qualquer outra, desde que o adulto que a protagoniza se sinta conciliado com ela.

Como se reflectem estes dois vectores na minha vida pessoal? Diria que a pergunta podia ser feita ao contrário: Como é que a vida pessoal se reflecte na estruturação familiar e na vida profissional? Porque, na realidade, temos aqui três vértices: Eu comigo mesma, Eu com a família, Eu com o trabalho.

Pertenço a uma geração que procurou formas alternativas de orientar a vida por não se sentir seduzida por modelos tradicionais, salvo raras excepções.

O eu com a família, é um universo de condicionantes e exigências de grande responsabilidade, se incontestavelmente é fonte das maiores alegrias e desafios, é também de angústias e impotências. Para este eu é preciso uma dose extra de perseverança, de calma, de disciplina, de aceitação das próprias limitações. Impõe-se aqui a obrigatoriedade de conceder-lhe tempo, muito tempo, o máximo que é possível, dentro do pouco de que

se dispõe, dado a existência do outro eu: O eu com o trabalho. Estes dois eus têm de ser articulados a tempo inteiro, mas é o eu comigo mesma que os articula.

O eu com o trabalho, exige uma grande versatilidade, porque desde o princípio senti que seria pouco viável o modelo de emprego fixo, longe de casa, das nove às dezanove e muitas vezes às vinte e duas, madrugadas, fins de semana, uma vez que, na minha profissão, essa é a realidade que se pratica.

Enquanto a minha filha atravessou a idade da dependência, até aos dez anos, considerei pouco conveniente esse ritmo profissional, uma vez que ela precisava então de uma maior atenção e disponibilidade.

Foi nesse período crucial da sua vida que eu tive de fazer uma difícil opção entre carreira e família. Recentemente licenciada, ainda sem prática profissional, precisava de disponibilidade total de tempo, para enveredar num *atelier* de arquitectos e trabalhar tanto quanto me fosse pedido, em troca de experiência e um salário sofrível. Acabei por escolher então um emprego fixo em *part-time*, no ensino, como professora de Educação Visual, onde trabalhava 22 horas semanais. E para que o laço com a prática profissional não se perdesse, lancei-me como *free lancer* na profissão de arquitecta, procurando trabalhos que fosse capaz de desenvolver sozinha num *atelier* meu. Numa primeira etapa, um espaço fixo, com outros colegas. O problema de não conseguir estar com a minha filha mantinha-se, pois os dois postos de trabalho eram fora de casa.

Numa segunda etapa, decidi abandonar o espaço alugado para *atelier*, levando-o para dentro de casa. Adaptei a sala e passei a trabalhar em casa, nessa fase já num processo totalmente informatizado. No princípio, não aparecia trabalho, e foi a fase mais difícil de aceitação das minhas condicionantes de vida, entenda-se ter uma família monoparental. Numa terceira fase, passo a fazer pontuais associações com outros arquitectos realizando trabalhos em comum: cada um em sua casa desenvolve trabalho e trocamos as tarefas realizadas através de E-mail. É por isso que eu considero as novas tecnologias fundamentais, neste novo modelo de vida.

Numa quarta e actual fase, já com algum currículo feito, percebo que, finalmente, chegou o tempo em que a minha filha já não é tão dependente de mim e que, com a experiência desenvolvida nestes anos, não perdi as hipóteses de me entregar à carreira com a dedicação que ela merece, a tempo inteiro.

Afinal, todas as angústias por que passei eram só alguma ausência de modelos, o que me levava a acreditar que uma carreira tem de se construir entre os 20 e os 35. Findo o prazo, soa a última das doze badaladas e o sonho transforma-se em pó.

- Sobre a segunda questão em foco, inventar novos tipos de organização para o trabalho e novas formas de estruturação da vida familiar.

Quando tinha dezoito anos, li Alvin Toffler, “A Terceira Vaga”, e apercebi-me que um novo estilo de vida estava a nascer e que eu podia adoptar o que de positivo sugeria, se assim o entendesse, contanto que acompanhasse a evolução das novas tecnologias. **E as pessoas que estão a protagonizar este momento histórico social, têm de ser encorajadas e apoiadas a tornar viável novas formas de trabalho, novos horários, novas maneiras de saber estar bem na vida, para que novos modelos positivos possam ser exemplo para os nossos filhos.**

A família precisa de tempo, e o trabalho também, logo deve-se procurar um meio de dar tempo aos dois, ao mesmo tempo, arranjando uma forma possível de trabalhar em casa, mantendo, se preciso, um *part time* que

garanta uma base financeira estável, e permanecendo em casa a trabalhar nas horas em que a criança deve estar em casa. Este modelo de trabalho leva algum tempo a construir. A noite é produtiva, depois das crianças irem para a cama, sobram duas ou três horas de tranquilidade no lar para trabalhar, para além das três ou quatro que se conseguiu dar durante o dia, quando não se estava *no part time*. **Com disciplina e sentido de exigência consegue-se qualidade de vida, com um equilibrado convívio familiar e uma vida profissional dinâmica.**

Em relação à estruturação da vida familiar há um factor que é fundamental, neste modelo de família; a proximidade e o convívio estreito com avós, tios, primos, amigos. Procurar morar perto da família alargada pode ser de grande ajuda, para a família monoparental.

É indiscutível a necessidade de aprofundar variados laços entre as diversas pessoas para que haja entreeajuda e solidariedade. A família portuguesa é bastante coesa e tem de saber continuar a sê-lo, seja qual for o seu contorno, uma vez que a sua função de berço dos futuros cidadãos é intransferível.

Saber estabelecer laços aprofundados com os maiores amigos é também de suma importância. Os amigos são tão importantes como os familiares. Tem de se saber cultivar as amizades, não esquecendo que a solidão é uma opção de vida e não uma consequência.

O adulto que se vê diante de uma família monoparental, tem de desenvolver a capacidade de encontrar nos amigos a sua companhia, tem de estabelecer convívio, abrir a sua casa às pessoas e aqui retomo o que disse anteriormente.

Nesse campo a sociedade portuguesa tem muito a aprender. Os grupos movimentam-se em circuitos extremamente pequenos e fechados. Isso é impraticável neste novo modelo familiar. Acaba-se muito frequentemente numa enorme solidão, aliás é do que as pessoas mais se queixam, sem perceberem que isso é resultado de uma postura cultural que poderia ser combatida caso houvesse exemplos de outros modelos, outras maneiras de estar.

A tendência para a solidão em que se vive na nossa era, nos países desenvolvidos, tem de ser combatida e não confirmada. É um factor cultural que pode ser reeducado com o apoio à criação de estruturas de lazer, desporto, convívio, com apoio à criação de associações, medidas que estimulem as pessoas a mobilizar-se, a interessar-se. A sociedade portuguesa neste momento tem um grande poder de encaixe, está aberta a novas maneiras de estar. As pessoas devem ser desafiadas a identificar os seus interesses, e cultivá-los.

As soluções terão de passar necessariamente por aí. Os bairros têm de ter estruturas para a prática do desporto, centros culturais, bibliotecas, *ateliers* de artes e artesanato, parques. Na medida do possível deve continuar-se a perseguir esse objectivo. Pela sanidade mental da população, só por isso.

- Por fim e em resumo , **qual a redefinição do conceito de trabalho, que o torna mais flexível quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social?**

Expus um ponto de vista, totalmente baseado na minha experiência pessoal, o que não me permite generalizar, mas sim apresentá-lo como modelo específico enquadrável em alguns casos, em algumas situações de vida, viável se for passível de adequação a certas actividades profissionais. Um modelo possível!

Resumindo então o que relevei anteriormente:

- A adopção de um part time como situação de emprego.
- A adopção de uma actividade liberal, que se possa desenvolver em casa.
- A adaptação da casa a uma situação de lugar de actividade profissional. Nesse sentido a família monoparental ajusta-se muito bem, por ser um único adulto a habitar e a gerir o espaço da casa.

A adesão às novas tecnologias, com ligação à internet, impressoras, fax, software, que possibilite a prática profissional. Neste capítulo aproveito para sugerir que o estado crie programas de apoio à aquisição de material informático, co-participações, financiamentos a longo prazo, para que as pessoas possam acompanhar esta evolução tão rápida das tecnologias.

A colaboração com outros profissionais da mesma área, formando equipas de trabalho pontuais.

Um maior envolvimento com a comunidade, que gere dinâmica, troca de experiências, oportunidades de desenvolver trabalhos dentro de um circuito mais próximo.

“...Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança...”

É preciso acreditar na forma de vida que se abraçou e encontrar a força necessária para validar a experiência vivida, abrindo, com determinação e vontade, novos e inusitados caminhos.

Elvira Moreira, é empresária. Tem 29 anos, é casada e tem uma filha.

Fala das consequências da actual lógica empresarial na vida das pessoas – as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, o medo de se perder um emprego, mesmo precário, a necessidade de dois vencimentos, por casal. E sublinha a necessidade de um trabalho de mentalização, para que seja partilhado o cuidar dos filhos e da casa.

A lógica empresarial mudou. Com isto quero dizer que, para se manter a rentabilidade e a lucratibilidade das mesmas, tornou-se necessário a redução de postos de trabalho até aí desempenhados por várias pessoas. Essa mudança da lógica empresarial reflecte-se cada vez mais nos nossos dias.

Se não, vejamos:

- Quantos cursos e habilitações são exigidas aos jovens de hoje para conseguirem arranjar um trabalho compatível com as suas necessidades pessoais?
- Quantos anos de experiência anterior são exigidos a um jovem que acabou recentemente a sua licenciatura?

Hoje em dia, quem termina o seu curso, após longos anos de estudo, vê logradas as suas expectativas de acesso ao mercado de trabalho.

Assim sendo, como pode esse mesmo jovem conseguir comprar ou arrendar uma casa e constituir a sua própria família? Como pode esse jovem aceder rapidamente aos cuidados de saúde? Quantos filhos poderá o casal ter, proporcionando-lhes a tão falada qualidade de vida?

Tudo isto, sem pensarmos no espectro do desemprego. Sim, porque hoje em dia, precisa-se de "precários", porque já não somos trabalhadores mas recursos humanos, logo dispensáveis.

É um facto que as leis existem mas a realidade é que, na maioria das vezes, essas mesmas leis são ignoradas, quer pela entidade patronal, quer pelos trabalhadores, com receio que o contrato de trabalho não seja renovado.

Temos assim, um ciclo vicioso, pois o medo de se perder um emprego precário é tão grande que ao trabalhador só lhe resta aceitar, pois depressa haveria outro trabalhador para o substituir, tendo em conta a grande procura e a pouca oferta de postos de trabalho.

As soluções passariam por uma maior e efectiva fiscalização, por incentivos em termos de impostos para empresas que efectivassem pessoal nos quadros, pela criação de oportunidades de emprego para os jovens que acabam as suas licenciaturas através de estágios remunerados, pela redução das despesas empresariais para se poder aumentar os ordenados mais precários (como por exemplo: o salário mínimo nacional), pela formação profissional a desempregados com entrada imediata no mercado de trabalho (como por exemplo: a criação de cursos de cuidados a crianças e idosos e em que, com o apoio das Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e outras associações, essas mesmas pessoas poderiam sentir-se úteis e auferir um vencimento pela prestação desse alargamento) e, para terminar, pelo alargamento da rede pública.

Tendo em conta o vencimento auferido pela maioria dos portugueses, torna-se indispensável que os dois elementos do casal trabalhem. Surge então outro problema: a vida da casa e o cuidar dos filhos. Se, até à época das nossas mães, as mulheres ficavam em casa enquanto os homens iam trabalhar, agora nós, temos que educar os nossos filhos, quer sejam rapazes ou raparigas, para um futuro diferente que é a sociedade de hoje. Por conseguinte, torna-se essencial a partilha das tarefas domésticas.

Há que mentalizar os nossos filhos e o nosso companheiro, que a limpeza da casa e a mudança das fraldas compete aos dois sexos, pois se ambos têm que trabalhar fora para conseguirem "estabilizar" a qualidade de vida, também compete a ambos a partilha doméstica.

Tem tudo a ver com a questão de mentalidades e há que trabalhá-las. Nisso, o poder político, a escola, as associações religiosas e comunitárias, em suma, toda a sociedade tem um papel fundamental que não pode ser subestimado.

António e Isabel são casados e têm dois filhos. Ele é jornalista, ela psicóloga.

Ele fala-nos sobre o desafio do quotidiano, a necessidade de conviver com a incerteza e de ter que, dia a dia, organizar e gerir os tempos, as responsabilidades e os recursos disponíveis. Ela apresenta-nos um levantamento da realidade das famílias da escola onde trabalha. Por fim, são elencadas algumas sugestões que facilitariam a tão necessária conciliação trabalho/família.

O nosso testemunho, relativamente à partilha das responsabilidades e do tempo no acompanhamento das crianças, parte da nossa experiência enquanto pais e da experiência de outras pessoas com quem nos cruzamos no nosso trabalho enquanto colegas e enquanto profissionais.

Cada uma destas realidades sugere-nos inquietações e perspectivas para construirmos uma sociedade mais humana.

- A nossa experiência pessoal

Temos 2 filhos, uma rapariga com 5 anos (que frequenta um jardim de infância) e um rapaz com 1 ano e meio (que está em casa com a empregada). Vivemos a experiência de tentar compatibilizar dois tipos de trabalho, com horários, cargas horárias e tipos de exigências muito diferentes.

Como psicóloga de uma escola, **a Isabel tem um horário muito definido, de 22 horas por semana de permanência na instituição, mas que lhe permite flexibilidade para organizar, desde que corresponda às necessidades da instituição.** Este horário permite-lhe também fazer alguns trabalhos em regime de trabalhadora independente, tendo por base trabalho que pode fazer em casa, numa organização própria do tempo e onde o computador é uma ajuda fundamental. Deste ponto de vista, o acesso às novas tecnologias permite rentabilizar o trabalho e flexibilizar o local e o horário de trabalho de produção do próprio trabalho.

Como jornalista trabalho em média 10 horas diárias com isenção de horário, o que significa, por um lado, incerteza do horário de trabalho, mas também alguma flexibilidade, sobretudo de manhã, sendo que ao fim da tarde/noite a flexibilidade é mínima e a probabilidade de chegar a casa depois do jantar é muito elevada.

Normalmente, é ela que assegura o cuidado das crianças, excepto nos dias em que eu não trabalho e em que as tarefas são partilhadas. Diariamente, na hora crítica dos banhos, jantar e deitar das crianças, grande parte das vezes realiza essas tarefas sozinha – o que não é fácil – mas se eu chego nessa altura insiro-me imediatamente na rotina.

Enquanto jornalista, tenho também a vantagem de me poder relacionar com as crianças a partir dos meios da minha realidade profissional (computadores, publicações para crianças como educação para a leitura) e a

possibilidade de usar folgas em dias de semana para entrar no quotidiano dos filhos e vice-versa (ir buscar os filhos à escola, ir às compras, jogar, passear, fazer coisas diferentes).

Contamos com uma rede social de apoio em situações de necessidade: empregada, família e amigos. Apesar de tudo, a incerteza faz parte do nosso dia a dia, pois muitas vezes só na própria hora podemos decidir quem fica com o carro, quem toma conta das crianças à tarde, fim da tarde e noite. **Somos diariamente desafiados a ter a capacidade de viver com a incerteza e de mobilizar todos a nossa flexibilidade e recursos.**

- Testemunho enquanto psicóloga de uma escola

Vou dar voz a outras experiências.

A partir da instituição em que trabalho fiz uma observação na qual se destaca que são sobretudo as mães que levam as crianças à escola (61% dos casos), seguindo-se o pai (24%) e depois os avós (6.3%). Quem as vai buscar são sobretudo os avós e empregadas.

A questão de ter tempo para os filhos e da partilha desse tempo por ambos os pais é uma questão muito presente nos pais com quem tenho trabalhado.

Há os pais que não conseguem ter tempo para ir buscar os filhos à escola, porque têm empregos muito absorventes e/ou competitivos, e pedem à escola para alargar o horário de funcionamento ou arranjam alguém para ir buscar a criança, sendo habitualmente complicado sensibilizar as entidades empregadoras para esta problemática.

Há os pais que não têm tempo para os filhos e para alguns minutos diários de diálogo/brincadeira/interacção disponível. A falta de tempo dificulta a gestão do tempo que estão com os filhos, porque menor tempo e maior cansaço levam a menor probabilidade de ocorrência de momentos positivos significativos na relação.

Há os pais que são quase “substituídos” por outros adultos no seu papel de pais, enquanto primeiras figuras de afecto e de determinação de regras base de comportamento – muitas vezes pelos avós. Situação em que, muitas vezes, os avós são as figuras de afecto de 1ª linha e os pais aparecem como reguladores do comportamento dos filhos, criando, por vezes, situações difíceis de gerir ao nível da estabilidade e desenvolvimento emocional da criança, e onde os pais são frequentemente postos em causa, tanto pelas crianças como pelos avós.

Há as mães que deixam de amamentar as crianças mais cedo do que desejariam por inflexibilidade do horário de trabalho (o facto de não poderem juntar as 2 horas diárias a que têm direito, não lhes dá tempo de ir amamentar).

Há as mães, que sozinhas, se defrontam com a educação dos filhos, perante a demissão do pai nesse papel.

Consideramos primordial, para uma efectiva conciliação das responsabilidades profissionais e responsabilidades familiares:

- flexibilidade horária (entrada, saída, tempo para o almoço);
- legislação que consagre, por exemplo, formas de partilha e redução dos tempos de trabalho semanal;

- legislação que permita uma maior interacção dos pais com os filhos nos primeiros tempos de vida da criança;
- criação de experiências criativas de partilha parental;
- sensibilização dos pais para viverem momentos significativos positivos de relação no tempo que estão com os filhos;
- sensibilização das entidades patronais para esta questão.

Rosário é técnica de serviço social numa câmara municipal. Tem 36 anos, é casada com um dinamarquês e mãe de dois filhos (gémeos).

Viveu algum tempo na Dinamarca, onde se apercebeu de que as competências adquiridas pelo homem e pela mulher, a vivência dos papeis na família e a valorização dos mesmos é diferente daquilo que se passa em Portugal. Conta-nos a sua experiência de partilha com o marido e as dificuldades “culturais” que encontrou quando chegou a Portugal.

Na minha família, a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional tem sido uma preocupação constante, para a qual temos encontrado diversas soluções, consoante a situação presente.

Para que essa situação flexível seja possível, temos tido o cuidado de não criar compromissos económicos que impeçam a adequação do tempo de trabalho às necessidades familiares e individuais do momento.

O dinheiro e a satisfação proveniente do trabalho são uma necessidade, assim como o tempo para as tarefas domésticas e para estarmos em família, mas tentamos também criar espaço para duas outras vertentes, a meu ver tão importantes quanto essas: o tempo livre para cada um poder desenvolver os seus interesses e o tempo e motivação para actividades sociais que contribuam para o desenvolvimento da comunidade em que estamos inseridos.

Assim, no início da nossa vida conjunta, e tendo eu casado com um dinamarquês, mudando nessa altura para a Dinamarca, pareceu-nos que o mais importante era a minha adaptação a essa nova cultura. Por isso, enquanto o meu marido trabalhava, eu aprendia a língua, estabelecia relações com pessoas em diversos contextos e conhecia a comunidade onde estávamos inseridos. Tive tempo para assimilar todos os novos conhecimentos, participar em actividades locais e, obviamente, tratar das tarefas domésticas na parte da casa que tínhamos alugado, pois com um ordenado, a nossa economia não chegava para mais.

Assim que me senti apta, passado ano e meio, comecei a trabalhar a tempo inteiro. Tendo ambos horários variados ao longo da semana, as tarefas domésticas foram naturalmente partilhadas de acordo com a disponibilidade de cada um, como acontece na maioria das famílias dinamarquesas.

Adquirida uma situação económica mais favorável, mudámos de casa e ao fim de 4 anos de casados tivemos 2 filhos. Após os 6 meses de licença de maternidade, pareceu-nos que seria prioritário eu continuar em casa com as crianças durante mais algum tempo, ainda que isso implicasse alguma «ginástica financeira».

Durante o período de «desemprego» voluntário, e como forma de prevenir o isolamento, comecei a dar aulas de português, duas noites por semana, numa espécie de “Universidade Aberta” e juntava-me duas vezes por semana com outras mães na mesma situação, proporcionando assim aos filhos o contacto com outras crianças. Estes encontros tinham lugar num espaço proporcionado e equipado para o efeito pela Câmara Municipal.

Com 2 bebés ao mesmo tempo, não será difícil de perceber que, apesar de eu estar em casa, sobrava para o pai. Assim, desde o início, ele teve uma possibilidade de ter uma relação estreita com os filhos, também ligada às tarefas práticas inerentes. Sorte nossa ter havido esta necessidade, pois, hoje em dia, pergunto-me se lhe teria dado essa oportunidade, que permitiu as nossas opções futuras, ou se teria ficado agarrada à cultura na qual fui educada, reservando para mim a maior parte da responsabilidade familiar, pois a forma como ele fazia as coisas nem sempre me parecia a mais correcta.

Quando as crianças completaram ano e meio, pareceu-nos que era altura de eu recomeçar a trabalhar; no entanto, comecei com um horário reduzido, por forma a estar mais disponível para eles.

Passados 2 anos, surgiu uma legislação que permite aos pais, com crianças até aos 7 anos, tirarem uma licença parental de 1 ano por criança, recebendo 80% do subsídio de desemprego. Esta é uma medida que pretende promover a rotação do mercado de trabalho e, simultaneamente, uma medida de prevenção social.

Aproveitando este apoio, pedimos ambos 2 anos de licença (por termos 2 crianças). Decidimos utilizar esse tempo em Portugal (pois lá não seria possível viver só com esse dinheiro), para que os nossos filhos aqui criassem raízes, estando nós mais disponíveis para os acompanhar e poder ter outras experiências vivenciais durante algum tempo.

Tínhamos também como objectivo experimentar a vida em Portugal, tendo em vista, após o período de licença, permanecer cá, começando eu a trabalhar e ficando o meu marido em casa, pois sentia vontade de se desligar de um trabalho formal.

Assim foi, e quando as nossas finanças a isso obrigaram, comecei a trabalhar, desta vez a tempo inteiro, ficando o meu marido com a maior parte da responsabilidade do dia-a-dia doméstico (o que com as crianças no ensino oficial é bastante atribulado), e limitando-se a alguns trabalhos remunerados pontuais. Esta opção que, para nós, é assumida como normal, é fruto de uma cultura um pouco diferente da portuguesa, mas tem um impacto que nem sempre é agradável, principalmente para o meu marido.

A “inversão” de papéis, que aparentemente põe em causa o *status quo* da nossa sociedade, provoca, por parte de muitos portugueses, reacções que acabam por se tornar responsáveis pela diminuição da auto-estima do homem doméstico.

Na Dinamarca, apercebi-me de que as competências adquiridas pelo homem e pela mulher, a vivência dos papéis na família e a valorização dos mesmos é diferente daquilo que se passa em Portugal.

Nos anos 60 a situação era similar à nossa. Houve então necessidade de as mulheres ingressarem no mercado de trabalho, continuando, no entanto, com as mesmas responsabilidades domésticas, o que causou grandes crises familiares, levando a que nos anos 70 se revoltassem e começasse uma grande onda de divórcios. Estes eram possíveis pelo grande apoio social existente, por parte do estado, a famílias monoparentais.

Foi nesta altura que a questão dos papéis do homem e da mulher foi realmente posta na ordem do dia, com grandes debates nos meios de comunicação social. **A insatisfação de ambos os sexos levou a uma alteração de mentalidades e percebeu-se que, para a sobrevivência da família e bem estar de todos, as tarefas domésticas tinham que ser verdadeiramente partilhadas.**

Os homens começaram a aprender aquilo que as mães nunca lhes tinham ensinado. Surgiram muitos cursos livres de cozinha e puericultura para homens.

Por outro lado, as mulheres também foram percebendo que as tarefas tradicionalmente desempenhadas por elas, de determinada forma, poderiam ser desempenhadas pelos homens, de uma forma diferente. Possuindo características e sensibilidades diferentes, a mulher não pode esperar que o homem faça o mesmo que ela e da mesma maneira. Não sendo uma forma melhor que outra, mas simplesmente diferentes, para que a partilha seja real, a tolerância e a compreensão mútua são essenciais.

Assim, hoje em dia, as diferenças nos papéis já não são tão marcantes, a vida dos indivíduos, das famílias e da sociedade é bastante mais equilibrada do que há 20 anos atrás e a igualdade de oportunidades entre os sexos já não é uma realidade tão distante.

A meu ver, para que em Portugal esta mudança de mentalidade aconteça e para que o tempo extra-laboral seja justamente repartido, facilitando a conciliação entre a vida familiar e profissional, parecem-me essenciais algumas medidas.

Que se trabalhe ao nível da valorização dos papéis sociais, ou seja, das tarefas familiares e comunitárias, da educação das crianças e do acompanhamento de idosos e dependentes. Essa valorização poderia passar por campanhas publicitárias e revisão das carreiras ligadas a profissões na área social. É inconcebível que a sociedade aceite que se pague mais a quem trata do nosso dinheiro ou do nosso carro do que a quem trata dos nossos filhos ou dos nossos pais.

Que seja substancialmente alargada a rede de serviços de apoio à família, não só aumentando o grau de cobertura das instituições tradicionais, como também a criação de serviços que apoiem um leque mais alargado de opções de vida.

Que se criem condições para que os homens desempenhem funções educativas com o mesmo peso que as mulheres, rentabilizando assim as suas qualidades, que em muitos aspectos são suplementares. Para que isso aconteça no mundo profissional seria importante rever os currículos, objectivos, métodos das escolas de educação (pré-primário e básico) por forma a cativar e motivar a população masculina, assim como, mais uma vez, rever estas carreiras profissionais.

Promover, em qualquer nível institucional, a aquisição de competências, através de experiências vivenciais que possibilitem a igualdade de oportunidades. Por exemplo, proporcionar às crianças e jovens a participação nas tarefas práticas necessárias na instituição ou escola em que estão inseridas. (na Dinamarca, nas instituições, nos infantários, ATL's, etc., as refeições diárias são preparadas com as crianças ou jovens, elas participam na lavagem da roupa, na limpeza, nas pequenas reparações, ajudam a tomar conta dos mais pequenos, independentemente de serem rapazes ou raparigas, sendo estas actividades consideradas pedagógica e curricularmente tão importantes como as outras.

Por último, para que a conciliação entre o trabalho e a família seja uma realidade e para que cada um possa ter uma vida activa, nas suas 4 dimensões – família, trabalho, tempo livre, comunidade – parece-me essencial que haja respeito pelo horário de trabalho, que existam condições para que a função de cada um possa ser desempenhada dentro do horário formalmente estipulado.

Parece-me que em Portugal há um número demasiadamente grande de pessoas que trabalha horas excessivas. Uns a quem, por falta de fiscalização e devido à insegurança do mercado de trabalho, é imposto um horário muito para além do legal e contratual. Outros que, por uma questão de conveniência, prolongam voluntariamente o horário de trabalho numa tentativa de atingir um mínimo de produtividade, não o conseguindo nas horas normais, devido à falta de condições físicas e organizacionais do local de trabalho. E há ainda aqueles que, devido aos baixos salários e por questões de sobrevivência, têm necessidade de acumular mais do que um emprego.

Este tempo demasiado na profissão amputa as pessoas, destrói a família e marginaliza os filhos. A meu ver, poderia contribuir para alterar esta situação:

- uma maior fiscalização das condições de trabalho;
- uma campanha pública através de programas de informação e debates nos media sobre o custo social, a médio e longo prazo, da desvalorização da vida familiar e pessoal;
- mais acções de formação sobre eficácia e rentabilidade relacionadas com as condições do local de trabalho;
- formações que contribuíssem para o aumento da auto-estima dos trabalhadores e, conseqüentemente, aumentassem o seu poder negocial.

Adriana é professora e coordenadora do ensino especial. Tem 43 anos, é casada e tem quatro filhas (20, 18, 13 e 8 anos).

Conta as dificuldades de um percurso como mulher e mãe que não renunciou a valorizar-se profissional e academicamente – percurso esse que se tornou possível com a partilha das tarefas domésticas e da educação dos filhos, através da procura de equilíbrio sócio-afectivo da família.

A minha mãe trabalhava nos CTT e o meu pai era bancário. Ela trabalhava muitas vezes 8, 10, 12 horas por dia, aos domingos e até na véspera de Natal. Tenho um único irmão, mais novo sete anos, cidadão deficiente mental hospitalizado há cerca de 18 anos. Uma das marcas sofridas na minha vida e na dos meus pais foi este irmão, que aos 4 anos deixou de falar, passou a ter comportamentos auto-destrutivos, de auto-agressão. Ter um familiar deficiente, doente ou incapacitado, mesmo hoje é um desafio e encargo acrescido!

Assisti e vivi muitas cenas de incompatibilidade entre as responsabilidades profissionais e as responsabilidades familiares... quantas lágrimas vivenciei da minha mãe, quantas revoltas... para mendigar uma ida ao médico, uma viagem a Lisboa a um médico novo (numa nova tentativa não sucedida de resposta à doença do filho).

Já naquela altura desejava especializar-me, era um desejo muito próprio, íntimo. Desejava poder ajudar e ensinar crianças portadoras de deficiência. O Instituto Aurélio da Costa Ferreira era o meu objectivo. Tentei, mas não consegui. Entretanto, já trabalhava na Educação Especial, casei aos 23 anos, nasceu a Mafalda passados 15 meses e passados outros dois anos e meio a Sofia. Nessa altura, eu trabalhava no Porto, tinha que me levantar às 7h30 para sair às 8h. e estar na escola às 9h., pois tinha que atravessar a cidade e apanhava dois autocarros. Era o Leonel, que acordava as filhas, as lavava, vestia, dava o pequeno almoço e as levava à creche e ao jardim escola porque ele entrava às 9h30 e a dez minutos de casa. Sempre foi um marido e pai que comigo partilhou as tarefas familiares, domésticas, sem quaisquer complexos.

Quando estava grávida da minha terceira filha, a Filipa, abriu finalmente a ESE do Porto. Mal soube que estava aberto concurso para a especialização em Educação Especial fui candidatar-me a uma vaga. Recordo que tive medo que, havendo entrevista, me impedissem de ingressar no curso pelo facto de estar grávida. Felizmente não houve entrevista e a Filipa nasceu no 1º ano do curso. Em Janeiro de 1987 e ao fim de um mês acompanhava-me algumas manhãs ou tardes, ficava na alfofa da sala ao lado. (Isto era possível porque a ESSE ainda estava a iniciar os cursos e estava quase deserta).

Foram dois anos muito importantes na minha vida - mas só com o amor de todos e a partilha das tarefas domésticas foi possível, depois de treze anos, voltar a estudar.

Quando terminei, passado um ano, fui de novo estudar, desta vez tirar a licenciatura em Ciências da Educação. Aí é que foram dificuldades acrescidas, pois se, durante a especialização, tinha destacamento, (ou seja o Ministério pagava-me o ordenado, enquanto me especializava sem ter que trabalhar), durante os quatro anos de licenciatura isso não acontecia e era trabalhadora-estudante. Chegava duas vezes por semana às oito e até às dez! tinha o jantar na mesa à minha espera e todos prontinhos para irem para a cama, e ... já me esquecia o Miguel nasceu a 8 de Maio no 2º ano do curso. O esforço que eu e todos fizemos durante esses quatro anos foi compensado quando em Julho de 1994 dei por terminada a licenciatura. Foram muitas maratonas, muitas noites sem dormir, trabalhos passados ao computador em surdina para que o Miguel que tinha o sono leve não acordasse.

Eu e o meu marido temos partilhado o nosso testemunho enquanto casal e família cristã, com noivos, em cursos, encontros de preparação para o matrimónio na pastoral familiar da nossa paróquia. Não somos nem pretendemos ser uma família exemplar, somos a "nossa família". **Acreditamos que é possível a partilha nas tarefas domésticas e educação dos filhos por ambos os cônjuges. Por outro lado, defendemos o direito de opção de valorização profissional e académica por qualquer um dos elementos do casal, independentemente do sexo. Será sempre uma opção a ser feita de acordo com as possibilidades, oportunidades e interesses que venham ao encontro do casal, tendo em conta o equilíbrio sócio-afectivo da família.** Isto será possível se existir uma partilha consciente e responsável dos direitos e deveres de ambos os cônjuges, equacionados numa organização da vida familiar que muitas vezes necessitará de serviços e estruturas de suporte como, por exemplo, escolas básicas equipadas com cantinas e ATL's, subsídios para as situações mais carenciadas, serviços de apoio a idosos entre outros.

Honorina é engenheira electrotécnica, professora do ensino secundário e actualmente vereadora da educação e vice-presidente na Câmara Municipal de Montijo. Tem 46 anos, é divorciada, e mãe de três rapazes (13, 18 e 20 anos).

Explica como considera importante encarar modos diferentes de pensar a família, como requisito para a indispensável participação de mulheres na vida política.

A vida familiar e a vida profissional são de difícil conciliação sobretudo se, entre os cônjuges, não existir a compreensão, a partilha, a disponibilidade, o amor. Em situações em que o núcleo restrito familiar pode contar com a ajuda de avós ou parentes mais próximos, o que não aconteceu no meu caso, é também possível tornar

menos árduos os caminhos que a mulher percorre para poder ter uma vida profissional normal e preencher o seu lugar na família.

A minha opção pela participação autárquica foi um desafio que se tornou ainda mais interessante por fazer parte de uma lista em que as duas primeiras candidatas eram mulheres. A opção pela vida pública, tomada quando o casamento já não existia, constituiu também um acto de confiança em mim, de libertação e de encontro com os meus ideais. Quero levar do exercício do meu cargo, não a lembrança do Poder, mas a lembrança de que fui capaz de mudar alguma coisa na sociedade em que vivemos, quer pelo esforço e dedicação, quer pelo exemplo de participação de mulheres na política. Não é fácil, torna-se até mais difícil a conciliação familiar e o trabalho, quando este, inevitavelmente, retira do anonimato não só o participante directo mas toda a família, realçando as qualidades, mas também os defeitos, roubando muitos tempos de intimidade e quebrando os laços mais ténues que existem na família.

É verdade que o trabalho da mulher reforça a sua autonomia e a dos filhos. Mas duvido que, se os meus filhos fossem mais pequenos, pudesse dedicar tanta atenção ao meu trabalho autárquico. No entanto, os tempos curtos para estar com quem amamos podem fazer sobressair nas nossas vidas as coisas mais importantes e, como são vividas com mais intensidade, podem ser base de relações de confiança muito mais determinantes e sólidas.

A vida autárquica dificilmente tem horários. A ocupação de noites e fins de semana com actividades como colóquios, participação nos eventos de associações do concelho, encurta o tempo de estar com os filhos, torna mais difícil o acompanhamento que lhes devemos fazer, exige uma organização do tempo muito disciplinada e conta que a família seja generosa, compreensiva, apoiante. Na vida autárquica a contenção nos actos e nas palavras é uma constante. A responsabilidade é grande, o que gera situações de ansiedade e de tensão dificultando os relacionamentos familiares. Sinto que, apesar da mulher lutar por um estatuto diferente na sociedade e tentar em casa definir regras e procedimentos diferentes, acaba sempre por realizar mais tarefas do que qualquer outro membro da família. Nunca sabemos se o que fazemos é o melhor para aqueles que vivem connosco, se a conciliação possível é a necessária. Porque entendo que **a conciliação da vida autárquica com uma vida familiar alicerçada em padrões clássicos de participação da mulher é impossível. Espero que as novas gerações saibam encontrar um modo diferente de pensar a família. Porque me recuso a admitir que as mulheres não possam participar em situações de efectiva igualdade nas tarefas de família e de trabalho.**

Acredito que encontrei entre mim e os meus filhos o entendimento necessário para poder prosseguir com a minha participação na vida autárquica.

Quando me interrogo como foi possível chegar aqui, não encontro explicações claras e precisas, mas sinto que é preciso força interior e acreditar. Tenho um lema que me ajuda e que tenho sempre presente: "o segredo é amar".

Teresa é técnica superior. Tem 35 anos, é casada e tem 1 filha

Fala das dificuldades sentidas ao longo da vida, como estudante, trabalhadora-estudante, desempregada e contratada a termo certo – tendo ao mesmo tempo responsabilidades familiares. Põe em destaque, em particular, a forma dramática como sentiu a impossibilidade de cuidar da mãe, na doença que precedeu a sua morte.

Casei com apenas 21 anos quando era estudante universitária. Conheci bem de perto o que é ter a responsabilidade de uma família e a vida académica. Passado pouco tempo comecei a trabalhar em part-time e continuei os estudos. Como o part-time não chegava comecei a trabalhar a tempo inteiro e aí começaram os verdadeiros problemas. Convém realçar que o meu marido estudava de dia e trabalhava à noite.

Temos aqui várias situações: trabalho/vida familiar, estudo/vida familiar e horários familiares desfasados.

Conciliar estas situações não foi fácil; no emprego exigem, como é natural, o cumprimento das tarefas incumbidas da mesma forma que os trabalhadores que não são estudantes o façam. A discriminação começa no emprego, quer a nível salarial quer mesmo na progressão da carreira – estou a falar do sector privado. Apesar das horas que a Lei confere ao trabalhador-estudante, comecei a entrar todos os dias uma hora mais cedo que os restantes colegas para que o meu trabalho não ficasse prejudicado.

Por outro lado, para quem exerce uma actividade durante o dia e estuda em simultâneo também "sofre na pele" a discriminação dos colegas estudantes, dado que não frequentava a tempo inteiro a faculdade, o contacto é difícil de estabelecer e apesar de tudo valeram-me os primeiros anos que passei na faculdade.

Quando estava finalmente no último ano engravidei, fiquei desempregada, fiz todos os exames em Julho e Setembro, tendo ficado apenas uma cadeira por fazer, pelo que levaria mais um ano a completar o curso. Não fui somente eu que fiquei desempregada, o meu marido também ficou.

Agora que tenho que colocar tudo isto por escrito fiquei apavorada com a situação descrita, se lesse este depoimento escrito por outra pessoa, acharia que a situação retratada seria quase impossível de suportar. Mas não foi assim, até porque se vive um dia de cada vez. Desempregados, apenas com o subsídio de desemprego, estudantes, com um bebé, é preciso coragem para seguir em frente e foi isso que nós fizemos.

Hoje em dia, tenho vínculo permanente e posso, apesar de não o fazer, exigir que se cumpram determinadas normas e até a própria Lei. A família encontra-se pouco garantida, bem sei que já se avançou bastante nestas questões, mas será que é suficiente? Actualmente vivemos numa sociedade com muitas preocupações quanto ao futuro e uma delas é precisamente a baixa taxa de natalidade. Como combatê-la se as condições que o Estado oferece não satisfazem?

Há que repensar a sociedade nos moldes em que se encontra estruturada, pois tudo o que se fizer será somente uma panaceia não resolverá o problema pela raiz.

Juntando a tudo isto, vivi há cerca de um ano um drama familiar: a doença da minha mãe. Esteve imobilizada 1 ano acabando por falecer. Não podia ficar de atestado pois encontrava-me vinculada à instituição a que pertencço por contrato a termo certo, cada dia que faltava era descontado no ordenado ou então nas férias. Encontrei-me completamente só. Não queria deixá-la entregue aos cuidados de terceiros, não podia cuidar dela, todas as ajudas são demasiado burocráticas, não existe um sistema Nacional de Saúde que proteja e que preveja estas situações, não é mais caro ao Estado ter alguém no hospital, longe da família, do que em casa, mesmo que para isso tenha que contribuir? **Onde está o nosso conceito de família? No papel. Vivemos numa sociedade individualista e interesseira, só contamos quando produzimos , depois somos apartados.**

É necessário adoptar soluções:

O tempo de licença de parto deve ser alargado para 1 ano no mínimo.

Horário flexível, possibilidade de escolha de 1 horário, contínuo.

Financiamento do estudante para que possa dispor do tempo todo para estudar e quando terminar o curso repõe o montante do empréstimo que o Estado lhe concedeu.

Assegurar a educação das crianças através do pagamento de um subsídio, pelo Estado, às mães que decidirem ficar em casa a cuidar dos filhos.

Maria Carlos é finalista de sociologia, trabalha como formadora e colabora com várias organizações de voluntariado. Tem 28 anos e é solteira.

Fala-nos da sua vida actual, mas também dos seus receios e ambições relativamente à constituição de família, do que gostaria para si e para os seus filhos e, por fim, deixa-nos algumas sugestões que podiam ser concretizadas para fomentar a participação dos cidadãos em actividades de voluntariado.

É com muita sinceridade e alegria que afirmo gostar imenso de todas as actividades, profissionais ou não, que fazem parte da minha vida. E o que é mais interessante e enriquecedor: todas elas se encontram relacionadas, tocando-se em termos de objectivos, áreas e interesses.

No entanto, a minha situação no trabalho é muito instável. Vivo num quarto alugado que pago com o que ganho na minha actividade como formadora, e é com esse rendimento também que me sustento. Não possuo qualquer contrato de trabalho “*Estou a recibos verdes!*” – a famosa frase da grande maioria dos jovens deste país, que se encontram em situação precária de trabalho.

Assusta-me e preocupa-me esta situação instável, devido à ausência de um vínculo que me dê alguma segurança económica, quando critico quem está hierarquicamente acima de mim, ou quando luto pelos meus direitos.

Assusta-me esta situação, pois **não sei se amanhã terei dinheiro para continuar a pagar a renda do quarto onde vivo e tudo aquilo de que necessito para sobreviver.** Assusta-me esta situação, pois se tal acontecer o mais provável será recorrer a formas de trabalho que nada terão a ver com a minha formação nem com a minha realização profissional e humana, ou mesmo parar com as minhas actividades voluntárias.

Mas estou aqui também como testemunho de outras vidas e rumos de jovens amigos e amigas. Para quem é apenas estudante, sem ser também trabalhador, a angústia não é menor. A probabilidade de um emprego seguro é muito remota e estão bem patentes os altos índices de desemprego entre os jovens. E, muitas vezes, o emprego (mesmo precário!) que se encontra, nada tem a ver com a nossa formação ou interesse. Mesmo para quem finalizou a sua licenciatura, há já alguns anos, o problema da estabilidade de emprego é uma realidade constante.

Como a minha amiga, socióloga, 27 anos, que se encontra presentemente a dar aulas em dois institutos superiores com uma particularidade: também usa a famosa frase “*Estou a recibos verdes*”. O seu horário semanal de trabalho é incrivelmente pesado e o facto de um dos institutos ser em Santarém complica bastante o

seu dia-a-dia. Um casamento muito recente e o desejo de ter filhos são, neste momento, “escolhas” que terão de adaptar-se a uma situação de instabilidade profissional. E não há muito tempo para lazeres...

Esta iniciativa do Graal permite que problemas vividos e interrogações feitas sejam ouvidas e deixem apenas de fazer parte de conversas rápidas ao telefone e de lamentos perdidos na esplanada ou nos espaços de convívio. E permite que se conheçam as escolhas condicionadas dos jovens, o que vão adiando na sua vida pessoal e profissional, as prioridades que terão que ser eleitas ...

Outra questão não menos importante está relacionada com as minhas actividades extra-profissionais. Iniciadas no liceu, intensificaram-se com a ida para a faculdade. Porquê? Não apenas por influência familiar, mas também **porque não quero nem devo ficar indiferente, passiva, calada, sem intervir no que se passa à minha volta, na minha sociedade ou em outras que fazem parte do meu mundo**; não posso deixar de me indignar com o que considero desigual e injusto, não posso deixar de participar enquanto cidadã, não quero parar de aprender. E desde o início não faltam as críticas e faltas de incentivo, de gente de todas as idades e estatutos: “Não sei como é que tens pachorra para te preocupares com essas coisas!”, “Não vale a pena, pensas que vais mudar as coisas, o mundo?”, “Não adianta”, ou então “Preocupa-te mas é com a média e com a tese de licenciatura, e depois arranja um bom emprego!”, “Não percas tempo nessas coisas”, “É uma fase... És uma utópica!”. Mas a fase continua e é muito discutível o conceito de “bom emprego” !!!

Outro assunto que muito me preocupa é saber de que forma irei conciliar a minha vida profissional e “activista” com uma futura vida familiar.

Na publicidade a mulher tudo consegue: chega a casa ainda muito “fresca” após um dia que se apregoa ter sido muito difícil, complicado por causa do trânsito e cheio de afazeres, e, sorridente, prepara uma refeição deliciosa para o marido e os filhos. E com aquele creme especial ficará ainda mais fresca e sorridente, e a comida estava boa... Pois é, porque “de trás de uma boa margarina está sempre uma grande mulher!” (e por detrás de um bom sofá, estará, decerto, deitado um bom homem quando chega do trabalho...!!!). Mas no écran tudo é possível e livrem-nos a nós, mulheres, de seguir tais conselhos, conceitos e estereótipos!

Muitas vezes, mesmo sem casa, nem filhos, já se torna um pouco complicado gerir o tempo numa vida sempre ocupada e atarefada, ao ponto de, por vezes, ficar algum tempo sem ir a um cinema ou estar com os amigos e família, ao ponto de, por vezes, estar pouco tempo com o meu namorado (aliás também ele tem as suas actividades).

Mas sentindo-me muitíssimo realizada e feliz com tudo o que faço. Aliás, a gestão do tempo é também muito pessoal. Mas como será com filhos, com uma família, com uma casa para gerir, mesmo a dois? Como irão as minhas actividades reflectir-se na vida familiar? Porque não quero que a escolha de ter filhos seja condicionada pelo tempo que vou ou não ter para acompanhá-los de perto na sua educação e crescimento; se escolher não ter filhos quero que seja apenas por meu desejo e não por condicionalismos externos. Não quero essa parte de mim adaptada a tudo o resto, quero poder compatibilizar tudo o que me faz sentir realizada como mulher, mãe, cidadã, activista, etc.. Também quero ter tempo para mim, para a minha vida, para o meu espaço de lazer, de paz, de encontro comigo mesma, espaço para deixar de ser mãe e esposa ou companheira e ser só eu. E claro que não deixo de estar consciente de que, por vezes, estes tempos e espaços são alterados, de que se sacrificam uns pelos outros. Mas haja altura para todos eles!

Se tiver filhos não quero passar uma vida a vê-los de fugida e partilhar apenas o caminho de casa à escola, não quero que a figura de mãe se confunda com aquela que paga os estudos e as contas da casa, exigindo em troca boas notas. Quero ter o direito de participar nas brincadeiras, quedas, nos “trabalhos de casa”, nas inseguranças e nas gargalhadas. Quero ter o direito de partilhar estes momentos com os outros domínios que igualmente me preenchem.

Não quero ter que agir como outra amiga, de 27 anos, em cuja vida o casamento e constituir família são constantemente adiados. Primeiro arranjou emprego numa empresa de auditoria, sem horário de trabalho fixo, incluindo telefonemas ao Sábado e Domingo para ir trabalhar; segundo, entre os funcionários jovens (talvez uns vinte ou trinta) poucos eram casados, pois os outros contraíram matrimónio com a empresa (era quase impossível conciliar ambas); terceiro, o facto de viver em Setúbal não permitia que sobrasse qualquer espaço para algo mais, a não ser o trânsito e as poucas horas de sono.

Que alternativas? Elas existem, o que falta é a vontade para encontrá-las, para discuti-las, efectiva e profundamente, o que existe é um adiar constante das questões, dos problemas, das angústias que vão consumindo as pessoas numa vida que é cada vez mais difícil, menos feliz, mais frustrada. As pessoas procuram adaptar-se às leis, circunstâncias, novos contextos, em vez de se passar o inverso, e os problemas sociais vão aumentando... A desculpa de que “a vida é assim” ou “estamos a viver numa sociedade específica e as pessoas têm de aceitar e adaptar-se” é injusta e muito pouco honesta.

Que fazer? Por que não proteger mais os jovens na sua actividade profissional? Por que não fiscalizar a sua situação no emprego, de forma a evitar que a sua condição, já precária, não se torne ainda mais insustentável com horários exagerados, sobrecarga de trabalho e violação dos seus direitos?

Por que não valorizar mais (será que já é valorizado?...) o trabalho voluntário e a participação na vida civil? É porque isto é muito, muito importante! A democracia passa também pela acção verdadeira, consciente, voluntária, sentida, das cidadãs e cidadãos, passa pela sua organização em grupos, instituições, entidades, grupos de pressão, solidariedade, etc.. e tal significa querer, significa o esforço para que o que não está bem se torne positivo, para que o que é desigual não permaneça, para que o que é injusto não fique impune, vencedor. Porque a questão de que “estas coisas são utópicas”, é desculpa para não se fazer absolutamente nada!

E por que não valorizar este tipo de acção e actividade a nível profissional? Por exemplo, para os jovens, mas não só, conceder regalias sociais, tais como: estas acções contarem para os anos de trabalho e descontos na segurança social; prioridade na colocação em cargos, ou empregos relacionados com a sua área de intervenção. Ou então, tornar possível conciliar este tipo de actividade com a profissão, através de horários reduzidos, sem perda de direitos ou regalias sociais ou salariais – atribuindo-lhes um estatuto diferente – tornar-se-ia talvez muito mais fácil a vida das mães e dos pais que assim teriam mais tempo para as suas actividades e para a sua família.

Para os jovens que pretendem constituir família, e que têm poucas possibilidades económicas, porque não facilitar o arrendamento de casas, e a possibilidade de poderem deixar os filhos em jardins de infância, cujos preços não sejam exorbitantes? E poder-se-ia pôr a hipótese destes serviços serem pagos mais tarde após terem uma situação mais estável.

Haveria muito mais para dizer, e perder-me-ia no tempo. Deixo apenas umas opiniões, umas sugestões, que podem achar poucas, mas que poderiam facilitar já a vida de muitas cidadãs e cidadãos, que poderiam fomentar nos jovens a coragem em prosseguir com os seus ideais, objectivos, projectos, fazendo por isso, lutando por isso, sem terem de perder-se por aí...

Manuela é professora de inglês no ensino secundário. É casada e tem uma filha.

Fala-nos das diferentes tarefas, repartidas pelos vários papéis sociais, e explica como vai conciliando, dia após dia, as diferentes responsabilidades. Sublinha a importância do companheiro, da família, dos amigos, dos vizinhos, e da imprescindível flexibilidade para adaptar as rotinas às necessidades quotidianas.

Em minha casa a vida começa às seis e vinte da manhã. Na escola começo mais tarde – entre as oito e trinta e as dez e trinta, de acordo com um horário variável dia a dia, ano a ano. Rotina horária não há. A vida profissional refaz-se todos os anos – em cada Setembro há um recomeço e um reajuste. É preciso pensar as horas em que a minha filha precisará de acompanhamento, as horas das refeições, dos trabalhos domésticos, do lazer. É preciso voltar a prever os tempos disponíveis em casa, o tempo extra para dedicar aos alunos, à família, aos amigos, à leitura, à televisão. Uma ida ao supermercado pode mudar de dia ou de hora por causa de um teste, da preparação de uma aula extra, do atendimento de um aluno.

Tenho, no corrente ano lectivo, entre três e seis horas diárias de tempos lectivos, perfazendo um total de vinte horas de horário lectivo semanal. Para além deste horário de tempos de aulas, fazem ainda parte do meu horário tempos de trabalho como Delegada de Disciplina, além de períodos variáveis de reuniões (de Grupo Disciplinar, de Professores, de Conselho Pedagógico).

Tento estar na escola o máximo de tempo que posso, pois isso permite-me o contacto extra com os meus alunos, a troca de impressões, as aulas extraordinárias. Permite-me também a preparação de materiais, o diálogo com os colegas. Isto significa que, na maioria dos dias, entro na escola às nove da manhã e saio entre as cinco e as cinco e meia.

Estou nesta escola há vinte e um anos e não estou arrependida de dela ter feito uma “segunda casa”. Acompanho muitos dos meus alunos desde o 7º até ao 12º ano, muitas vezes em duas disciplinas, num número razoável de horas, o que me permite estabelecer com eles relações privilegiadas, que, em muitos casos, se mantiveram depois de terem saído da escola. Muitos regressaram ao Externato, depois de concluírem cursos, e

alguns são meus colegas de Grupo Disciplinar e meus amigos pessoais. Investi neles trabalho e amizade, que recebo agora muitas vezes com juros.

Para que isso aconteça tenho que me levantar cedo e deitar tarde, atender telefonemas a horas de refeição ou de descanso, repartir os tempos de férias entre a família e os alunos. O tempo está sempre presente e é sempre pouco. Não só o tempo físico, que esse, como dizia o meu professor da Faculdade de Letras, «inventa-se», mas o tempo psicológico, que, não podendo ser inventado, acaba por ser roubado a nós próprios e àqueles que mais amamos.

Há uma rotina severa aliada à falta de rotina. Só assim se consegue uma distribuição mais ou menos equitativa de atenções, actividades e pausas. Só assim se consegue que os trabalhos escolares não absorvam a totalidade dos tempos livres domésticos.

Começar cedo é inevitável. Se quero trocar meia dúzia de palavras com o meu marido antes de ele sair de casa tenho de me levantar antes das sete horas, se quero que a minha filha tome o pequeno almoço tenho que acordar às sete e meia, se quero dar uma volta na Internet em busca daquele documento que preciso para uma aula ou que um aluno me pediu, tenho de o fazer entre as 7 e as 7h30, se quero tomar café antes das aulas tem de ser antes das nove.

Ao longo do dia surgem-me “alfinetadas” no pensamento – “o dia está tão bom e não posso lavar a roupa”, “o que é que hei-de fazer para o jantar?”, “amanhã não há escola, tenho que mandar a Joana para a avó”. Mas não passam de pensamentos fugazes entre os sumários e a análise de Shakespeare.

Os piores momentos são os de doença da minha filha, principalmente, pois todos os esquemas são quebrados e o pensamento fica submerso pela angústia e pelo desejo constante de regressar a casa.

No dia a dia há horas estipuladas para tudo – o acompanhamento das actividades escolares, a natação e as aulas na Futurekids da minha filha, o telefonema mais longo para a minha mãe, o serão partilhado com o meu marido. De algum modo, tento não contaminar as aulas com as minhas angústias, embora partilhe muitas vezes as minhas preocupações com os mais velhos. Eles sabem, até porque nas suas próprias casas também existem muitas vezes os mesmos problemas, o que é não ter com quem deixar uma criança pequena, a angústia que causa ter pouco tempo para a ver crescer.

Mas, para além do meu papel de mãe, tenho também um papel de esposa e de filha. Também o espaço para “nós” é vital numa relação que tem que abdicar tantas vezes da presença do outro, em momentos em que as tardes dos fins de semana podem ser dedicadas aos trabalhos escolares e não à conversa longa e aos silêncios cúmplices.

Não menos importante é o papel de filha. À medida que envelheço também a minha mãe envelhece. Também ela necessita de afeição, ajuda, carinho, atenção. E na sua solidão pede diariamente um quinhão razoável do meu fim de dia para poder contar o seu.

É nesta teia de vidas e relações que me movo, procurando trilhos e percursos que me permitam não me perder dos outros nem de mim própria, tendo tempo ainda para ver a paisagem à minha volta.

Não há situações únicas.

Tal como eu, quantas mulheres procuram dia a dia entretecer as mil e uma pontas de uma tapeçaria enorme que tecem ao longo da vida? Quantas conseguem ? Quantas desistem? E nesse conseguir e nessa desistência não há só coragem nem só derrota, mas uma luta imensa que só se consegue vencer com companhia. O primeiro passo é, pois, a companhia. O companheiro, o marido, a família, os amigos, todos são companheiros de batalha. A partilha das tarefas, a ajuda consciente, a “visibilização” do trabalho são outras tantas armas.

Os passos seguintes são de envolvimento – são facilitadores, integradores, reconhecedores. A conquista pessoal e colectiva tem de ter uma contrapartida social ou não será conquista. De que serve o reconhecimento de uma situação, se os poderes mantiverem as mesmas tramas, os mesmos obstáculos e eternizarem as mesmas intolerâncias, as mesmas desigualdades, os mesmos desajustes?

Pequenos passos podem ter grandes caminhos – o ajuste e a flexibilidade de horários, tomando em consideração as necessidades de pais de crianças menores; a criação de creches e centros de apoio ou de dia para crianças junto dos locais de trabalho dos pais ; a protecção efectiva da maternidade (quem quer ser pai ou mãe por procuração, deixando os filhos entregues a partir dos três ou quatro meses, durante dias inteiros, em locais às vezes duvidosos?), a protecção efectiva da família (quem quer ser velho, ou estar na “terceira idade” numa sociedade de bancos de jardim e solidão?).

Outros trilhos são os que percorremos todos os dias – o das casas dos amigos que nos ajudam a criar os filhos, o das salas vazias nos locais de trabalho onde os deixamos quando não há alternativas. Sabe-se lá que outros ainda...

Desses a sociedade sabe-lhes a existência mas, muitas vezes, vira a cara e fala da telenovela.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Sofia é técnica de comunicação e relações públicas. Tem 29 anos, é casada e mãe de uma filha.

Começou a trabalhar cedo, dedicando muito tempo à vida profissional. Quando casou, sentiu que precisaria de repartir melhor o tempo, mas foi quando teve uma filha e lhe baixaram o vencimento que compreendeu a necessidade de encontrar formas de conciliar trabalho e família que estivessem mais de acordo com os seus princípios.

Maria Graciela é enfermeira hospitalar, especialista em enfermagem médico-cirúrgica. Tem 44 anos, é casada e tem uma filha.

Fala-nos das dificuldades de um trabalho com regime de turnos, como é o caso da enfermagem: sendo já tão desgastante, torna-se ainda mais pesado devido ao número insuficiente de profissionais nos nossos hospitais.

Fátima é empregada fabril numa empresa corticeira. É casada e mãe de dois filhos. Já foi sindicalista.

Fala-nos das suas reflexões sobre a pouca participação das mulheres nas instâncias de poder e de decisão e como isso vai influenciar o modo como se organizam as famílias.

Margarida é gestora. Tem 31 anos, é casada e tem um filho.

Conta-nos a sua experiência quando enfrentou o "peso da cultura" – mais e mais horas no trabalho, mas não de trabalho. A pressão que se gerou apenas por ter um horário; pressão que, indiferente aos resultados ou à qualidade do produto do trabalho, acabou por desmotivar e tornar impossível a sua permanência na empresa.

Marta é funcionária numa câmara municipal. É imigrante de Cabo Verde, tem 48 anos, é casada, tem sete filhos (dos 23 aos 7 anos) e 3 netos.

Aos 45 anos resolveu recomeçar a estudar e, a pouco e pouco, foi reconstruindo uma imagem de si mais positiva e confiante. Hoje, gostaria que as mulheres convivessem mais e se interajudassem, que fossem criados espaços de educação e formação para mulheres.

Cláudia é médica. Tem 33 anos, é casada, tem uma filha e está à espera de outra.

Conta-nos a experiência da tensão vivida por ter de escolher entre uma carreira completamente absorvente e a vida familiar. As reacções dos colegas quando decidiu tirar um ano sem vencimento. As dificuldades na readaptação. E aquilo que ela gostava que acontecesse de futuro.

Isabel é escriturária. Tem 32 anos, é casada e mãe de uma filha.

Relata o heróico dia-a-dia de muitas mulheres em Portugal. A "ginástica" para conciliar os diferentes horários da família, o trabalho profissional, a que se dedica e que a realiza, as tarefas domésticas, realizadas isoladamente, um tempo para a filha e, ainda, um tempo para si própria...

Fátima e Fernanda são responsáveis do Sindicato do Vestuário de Braga. A primeira é casada e tem 2 filhos, a segunda é solteira.

Falam-nos da situação das mulheres face ao trabalho suplementar obrigatório que, além de ser muitas vezes imposto, agrava seriamente um quadro de vida já de si complicado, com o trabalho normal, a organização e a gestão familiar, a educação e o acompanhamento dos filhos.

Julieta é membro da CERCÍ desde a sua fundação e presidente da instituição em Lisboa, desde 1996. Tem 54 anos, uma filha

Conta-nos como a conciliação é ainda mais difícil quando há filhos deficientes e como foi importante encontrar a ajuda de cooperativas para a procura conjunta de respostas.

Glória é revisora de provas gráficas. É casada e tem 2 filhos

Fala do papel formativo que teve, para si própria e para outras pessoas, a experiência partilhada num grupo como a JOC, e da importância das atitudes educativas para que a partilha de tarefas e de responsabilidades seja possível.

Dilva é empregada de hotelaria à noite e durante o dia frequenta um curso de animação sócio-cultural. Tem 20 anos e é solteira.

Fala-nos da igualdade: a igualdade que só se consegue se nos sentirmos iguais. E mostra como é preciso um olhar novo sobre os papéis dos homens e das mulheres.

Francisco é empregado da construção civil. Tem 25 anos, é casado e tem um filho.

Fala das grandes dificuldades do jovem no início de vida : as ambições, os sonhos, as prioridades. Salienta a importância de melhores condições de trabalho para facilitar a conciliação com a vida familiar.

Manuela é arquitecta. Tem 31 anos, é divorciada e tem uma filha.

Com um modelo específico de estrutura familiar – a família monoparental – tem procurado de diferentes formas, ao longo da vida, equilibrar uma profissão exigente com a educação da

filha, apontando novos modelos de vida, novos caminhos de solução, nomeadamente levando o escritório para dentro de casa.

Elvira Moreira, é empresária. Tem 29 anos, é casada e tem uma filha.

Fala das consequências da actual lógica empresarial na vida das pessoas – as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, o medo de se perder um emprego, mesmo precário, a necessidade de dois vencimentos, por casal. E sublinha a necessidade de um trabalho de mentalização, para que seja partilhado o cuidar dos filhos e da casa.

António e Isabel são casados e têm dois filhos. Ele é jornalista, ela psicóloga.

Ele fala-nos sobre o desafio do quotidiano, a necessidade de conviver com a incerteza e de ter que, dia a dia, organizar e gerir os tempos, as responsabilidades e os recursos disponíveis. Ela apresenta-nos um levantamento da realidade das famílias da escola onde trabalha. Por fim, são elencadas algumas sugestões que facilitariam a tão necessária conciliação trabalho/família.

Rosário é técnica de serviço social numa câmara municipal. Tem 36 anos, é casada com um dinamarquês e mãe de dois filhos (gémeos).

Viveu algum tempo na Dinamarca, onde se apercebeu de que as competências adquiridas pelo homem e pela mulher, a vivência dos papéis na família e a valorização dos mesmos é diferente daquilo que

se passa em Portugal. Conta-nos a sua experiência de partilha com o marido e as dificuldades “culturais” que encontrou quando chegou a Portugal.

Adriana é professora e coordenadora do ensino especial. Tem 43 anos, é casada e tem quatro filhas (20, 18, 13 e 8 anos).

Conta as dificuldades de um percurso como mulher e mãe que não renunciou a valorizar-se profissional e academicamente – percurso esse que se tornou possível com a partilha das tarefas domésticas e da educação dos filhos, através da procura de equilíbrio sócio-afectivo da família.

Honorina é engenheira electrotécnica, professora do ensino secundário e actualmente vereadora da educação e vice-presidente na Câmara Municipal de Montijo. Tem 46 anos, é divorciada, e mãe de três rapazes (13, 18 e 20 anos).

Explica como considera importante encarar modos diferentes de pensar a família, como requisito para a indispensável participação de mulheres na vida política.

Teresa é técnica superior. Tem 35 anos, é casada e tem 1 filha

Fala das dificuldades sentidas ao longo da vida, como estudante, trabalhadora-estudante, desempregada e contratada a termo certo – tendo ao mesmo tempo responsabilidades familiares. Põe em destaque, em particular, a forma dramática como sentiu a impossibilidade de cuidar da mãe, na doença que precedeu a sua morte.

Maria Carlos é finalista de sociologia, trabalha como formadora e colabora com várias organizações de voluntariado. Tem 28 anos e é solteira.

Fala-nos da sua vida actual, mas também dos seus receios e ambições relativamente à constituição de família, do que gostaria para si e para os seus filhos e, por fim, deixa-nos algumas sugestões que podiam ser concretizadas para fomentar a participação dos cidadãos em actividades de voluntariado.

Manuela é professora de inglês no ensino secundário. É casada e tem uma filha.

Fala-nos das diferentes tarefas, repartidas pelos vários papéis sociais, e explica como vai conciliando, dia após dia, as diferentes responsabilidades. Sublinha a importância do companheiro, da família, dos amigos, dos vizinhos, e da imprescindível flexibilidade para adaptar as rotinas às necessidades quotidianas.